

Sucessão: cheiro de golpe no ar.

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Nº 27 — Cr\$ 10,00 — 03/9 A 10/9 DE 1978

**Provas contra
Simonsen**

Os documentos da denúncia de Kurt Mirow estão na Pág. 5.



Uma nova escalada de repressão política assalta o país há dez dias.

GOVERNO BAIXA O PAU SEM PARAR

(Págs. 6 e 7)

Belgo: 4.200 metalúrgicos em greve.

Pág. 3

De Millus: o protesto das mulheres.

Pág. 12

As opções do momento atual: banho de sangue ou governo de transição com a participação das três tendências da Frente Sandinista de Libertação Nacional. E mais:

Augusto César Sandino e Ernesto Cardenal, o padre, poeta e revolucionário. Pág. 10.

NICARÁGUA: E AGORA?



Camaçari: o capital travestido.

Pág. 4

"Transversal do Tempo" pela liberdade de expressão



A luta por liberdades democráticas está presente na literatura, no teatro, no canto, na letra do canto, no cenário, no palco, enfim, e cada vez mais os artistas se lançam com decisão na exigência comum de se por um fim a toda forma de opressão.

No dia 17 de agosto, centenas de artistas de Belo Horizonte se lançaram às ruas num ato de luta contra a censura, conforme programação estabelecida por artistas de todo o Brasil reunidos uma semana antes no I Encontro Nacional da categoria, no Rio.

No último domingo, 27, ainda em Belo Horizonte, Elis Regina, do palco do Palácio das Artes, dava prosseguimento àquela mesma luta contra a censura, pela prática da liberdade, pelo fim da apreensão.

O EM TEMPO tinha sido atacado pelo GAC e pelo MAC, a bomba. Prejuízo: duzentos mil cruzeiros. Elis, então, dedicou "Transversal do Tempo", sessão de domingo, às 6 da tarde, ao jor-

nal EM TEMPO. Através da televisão ela disse que aquela apresentação de domingo teria um "significado especial". Ela cedeu uma boa parte da renda dessa apresentação para contribuir na reconstrução da sucursal do EM TEMPO.

Antes do início da segunda parte de "Transversal do Tempo", Elis anunciou, um amigo jornalista vai lhes falar uma coisa muito importante", e deu a palavra ao diretor da sucursal do EM TEMPO, que explicou às 2 mil pessoas presentes os atentados feitos pelo GAC e pelo MAC, conclamando todos à participação na luta pelo fim do terror e do terrorismo que a direita tem desencadeado sob a tutela do regime, que nada faz.

Por outro lado, quinze entidades estão promovendo, até o dia 5 próximo, a "Semana do Proibido", na sede do DCE Cultural em BH, com debates e apresentação de filmes e textos proibidos pela censura.

(Sucursal de Belo Horizonte)

O apoio dos líderes sindicais a Fernando Henrique Cardoso

Logo após o convite a Maurício Soares, vários líderes sindicais se reuniram com o candidato ao senado por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso e firmaram um texto de compromisso do candidato com as reivindicações dos trabalhadores. Entre outros, participaram do encontro: Luis Inácio da Silva, Lula (metalúrgicos de São Bernardo), Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos de Santos), Sérgio Deolécio (metalúrgicos de Santo André), Jacob Bittar (petroleiros de Campinas), Pedro Gomes Sampaio (petroleiros de Santos), Henos Amorina (metalúrgicos de Osasco), Reimundo Rosa Lima e Afonso dos Santos Souza (panificação de São Paulo). A candidatura de Fernando Henrique Cardoso, que já era apoiada por oposições sindicais importantes como a de São Paulo e Osasco, dessa forma começa a ganhar os contornos efetivos de uma opção popular.

O texto firmado entre o candidato e os dirigentes sindicais afirma que "a transição do Estado autoritário para o Estado democrático coloca em caráter prioritário a questão das organizações por meio das quais os trabalhadores se associam e se representam para lutar por suas reivindicações econômicas, políticas e sociais (...) o direito à livre organização sindical e o direito à livre organização partidária".

"Além de afirmar que as organizações sindicais são legítimas, quando obra de próprios trabalhadores, o princípio da autonomia sindical exige a garantia de todo um conjunto coerente de direitos democráticos relativos à vida econômica:

- O direito de greve que capacita os trabalhadores a lutar com eficácia pelo atendimento de suas justas reivindicações salariais e por melhores condições de trabalho;

- O direito à independência de ação dos sindicatos. Só assim, emancipada da tutela e da intervenção direta dos órgãos estatais e protegida pela garantia de estabilidade no emprego aos trabalhadores, a vida sindical pode se desenvolver com espontaneidade por meio da escolha democrática dos representantes dos trabalhadores em eleições periódicas, livres e competitivas;

- O direito à negociação livre e direta entre empresa e sindicatos que conduzem ao contrato coletivo de trabalho, sendo previamente assegurados por lei os direitos fundamentais e comuns a todos os trabalhadores, tais como salário mínimo, férias, duração da jornada de trabalho, etc. É imprescindível que os trabalhadores, por intermédio de seus sindicatos, tenham a possibilidade de negociar diretamente com os empregadores os níveis de

remuneração e as questões relativas à segurança, benefícios, normas de admissão, demissão e estabilidade no emprego.

- O direito de organização e participação dos trabalhadores ao nível do próprio local de trabalho de modo a poderem negociar, por intermédio de instrumentos eficientes, demandas específicas a cada comunidade de trabalho como, por exemplo, as que se referem às horas extras, à segurança no trabalho, aos sistemas de promoção, à hierarquização das funções, ao ritmo de trabalho."

O texto é mais detalhado ao colocar as questões sindicais. Nas questões políticas mais gerais não consegue ir além de reconhecer a necessidade de "auto-representação" dos trabalhadores nos "foros federais, estaduais e municipais". Mesmo no que se refere às reivindicações sindicais, ele não chega a defender de forma clara as comissões de empresa, nem propõe uma nova estrutura sindical. De qualquer forma, adesões como a dos dirigentes metalúrgicos de Osasco, têm uma outra conotação: aos poucos, a campanha eleitoral vai obrigando as várias correntes sindicais a se coesionarem, colocando com maior ou menor clareza, as reivindicações hoje levantadas pelos operários.

EDUCAÇÃO E FILOSOFIA NO SEDES SAPIENTIAE

A partir de 11 de setembro terão início, no Instituto Sedes Sapientiae, em São Paulo, os seguintes cursos de expansão cultural: 1) "Problemática das Classes Sociais e Política Educacional" (ciclo de 5 palestras, com Florestan Fernandes, Octavio Ianni, M. Nilde Mascellani e outros); 2) "Ciclo de Palestras sobre Marginalidade e Educação" (5 sessões, com Maria Nilde Mascellani, Luiz Pereira e outros); 3) "Iniciação à Reflexão Filosófica" (coordenação de Laura F. Sampaio e Regina M.S. Arantes); 4) "A Classe Média como Vanguarda Política: Integralismo no Brasil" (curso de 8 au-

las, com Marilena Chauí); 5) "Ciclo de Debates sobre Teoria da Linguagem" (4 encontros, sob responsabilidade do Grupo da Revista Almanaque, coordenação de Bento Prado Jr.).

O Sedes Sapientiae fica na Rua Ministro Godoy, 1484 - Perdizes, São Paulo. Tel. 262-8024

O capitão-reitor ataca outra vez

O capitão-reitor Azevedo, da Universidade de Brasília, famoso pela sua atuação em prol da "lei e da ordem" durante a greve do ano passado, parece que não se curou de seu irrefreável afã de caçador de bruxas. Agora, por causa de uma decisão sua, ameaça obrigar uma reformulação geral no Mestrado de Desenvolvimento Urbano, não só em Brasília, como no resto do país.

O Mestrado de Desenvolvimento Urbano (MDU), que tem por objetivo formar técnicos em planejamento urbano, só existe, no Rio, SP, Porto Alegre, Brasília e Recife. Seus recursos são originários do MEC, da ACEPLAN (agência ligada à Presidência da República) e do Ministério do Interior. Para a renovação do convê-

nio e necessária a assinatura dos cinco Reitores e mais das instituições já citadas.

Acontece que, desde o ano passado, quando o Departamento de Arquitetura apoiou a greve dos estudantes, a reitoria entrou em briga com o Departamento. O último capítulo da briga é a recusa do reitor em assinar a renovação do convênio.

Isto ocasiona, em primeiro lugar e na melhor das hipóteses um atraso de pagamento das bolsas do mestrado, pois estas só são liberadas após a renovação. Caso Brasília não queira assinar, a UNB terá de extinguir o seu MDU e o convênio terá que ser reformulado a nível nacional, o que significa pelo menos três meses com os quatro outros mestrados praticamente paralisados...

A concentração dos pescadores pela sobrevivência

Em uma concentração popular na localidade de Ponta Grossa dos Fidalgos, Estado do Rio de Janeiro, os pescadores de Campos reafirmaram sua disposição de luta na defesa de sua fonte de trabalho. Nem mesmo as balas que vararam a aba do chapéu de Manuel Rocha, principal líder local, abalou esta determinação. Esta persistente mobilização, contando com a solidariedade do Centro Norte Fluminense para a Conservação da Natureza (CNFCN), acabou atirando, nesta concentração, a presença de políticos ligados à região e a presença da grande imprensa e da televisão.

Entretanto, a draga contratada pelo Departamento Nacional de Obras e Saneamento do Ministério do Interior (DNOS), prossegue

sua atividade fazendo continuamente baixar o nível das águas da lagoa. Satisfeitos, os grandes fazendeiros não cessam de seguidamente ir ocupando as terras que emergem - 1.500 alqueires até agora - enquanto o empregado - deputado Alair Ferreira, presidente regional da ARENA, abiscoita a maior parte dos 20 milhões de cruzeiros em que estão orçados os trabalhos da marodrenagem.

Completa o círculo a declaração do diretor regional do DNOS, Sr. Acir Campos, ao dizer que "a mim não consta que haja nem peixe, nem pescadores na Lagoa Feia", apesar de superar 40 toneladas (dados de junho de 1978), o pescado comercializado somente no município de Campos. (David Gorodicht)

Direitos Humanos em Feira de Santana

O 25 de agosto, dia do soldado, foi festejado pelos generais com prisões e repressão por todo o país, tentando mostrar que as declarações pretenciosas do ministro do Exército, de que o movimento golpista de 64 é eterno, serão cumpridas.

Porém, em Feira de Santana, a 100 quilômetros de Salvador, assistiu-se a mais uma demonstração de que o povo insiste em construir um caminho diferente para a história brasileira: a poucas quadras da comemoração esportiva do dia do soldado, cerca de mil pessoas se reuniram para participar do lançamento do mais novo Comitê de Defesa dos Direitos Humanos do país.

Apesar de reunidos no ginásio de esportes do colégio municipal, não estavam lá para assistir a mais uma sessão de circo e sim para mostrar que nem o pão é hoje suficiente; para denunciar a grilagem sistemática das terras dos posseiros pelas empresas capitalistas e defender, na palavra de Dom Jaime, Bispo de Bonfim, sindicatos livres para os trabalhadores rurais e propor, como fez Dom José Brandão, de Propriá, eleições livres e diretas com direito de voto para os analfabetos; para combater a falta de liberdades e defender a necessidade de transformar a luta pela anistia numa luta de massas, segundo declarações do representante do Comitê Brasileiro pela Anistia.

Se pronunciaram ainda uma representante do Movimento Contra o Custo de Vida de São Paulo, que mostrou como se deu a sua formação e seus objetivos; o Trabalho Conjunto da Cidade de Salvador; o DCE-UFBA; a comissão Pró DCE-

UCS; a C.E.S.I.; o Instituto dos Arquitetos do Brasil; o bispo Dom Silvério, de Feira de Santana; o Movimento Feminino pela Anistia; Lucia Lyra, viúva de Eugênio Lyra, advogado de posseiros assassinado por grileiros em Santa Maria da Vitória; a Confederação Interiorana de Vestibulandos e Universitários da Bahia; além do representante do Centro Espírita de Feira que, após declarar que a doutrina de Alan Kardec está dirigida para a defesa dos Direitos Humanos, propôs que o Comitê assumisse como bandeira o Mandamento "Amar a Deus sobre todas as coisas e ao próximo como a nós mesmos".

Finalizando o Ato de lançamento, o representante do CDDH-FS, fez questão de afirmar que este não tem nenhuma vinculação político-partidária ou com candidato a deputado, e que não se restringe ao período eleitoral. Pretende sim ter continuidade pois "só o povo unido vai conseguir que seus direitos sejam respeitados". Esta declaração é, sem dúvida, de grande importância, levando-se em conta que, apesar de Feira ter uma tradição opositorista, não se construiu instrumentos populares de luta, independentes e que sobrevivessem aos períodos eleitorais.

A comissão provisória, com trinta membros, e que dirigirá o Comitê até a segunda assembleia, dará início agora a uma ampla campanha de filiações, que poderão ser feitas na Casa do Estudante de Feira, mas que deverá atingir os bairros periféricos e distritos para que ele "possa ter realmente uma base popular". (Sucursal de Salvador)

DÊ PRÁ GENTE.

Cartazes, jornais, revistas ou panfletos não se faz só de bons textos. Hoje em dia, o número cada vez maior de publicações no mercado impõe um tratamento gráfico profissional e decente. Fazemos todos os serviços de produção gráfica: da diagramação às rotativas. Qualquer serviço que você precisar, consulte-nos pelos telefones 853-6680 e 280-4759.

AJUDE EM TEMPO A SEGURAR O ROJÃO!

Bomba à mineira, não. Tutu, sim. Em Tempo não se intimida com os atentados que vem sofrendo. Mas, bombas ajudam a causar rombos no orçamento. Dê uma força para a imprensa combativa e independente. Faça uma assinatura de Em Tempo, ou convença os amigos.

Ajude um jornal malcriado a continuar jogando francelino no ventilador.

Assine EM TEMPO:

Nome Profissão
Idade Endereço Bairro
Fone Cidade Estado CEP
End. Comercial Horário Fone
Estou enviando o cheque nº do Banco em nome da Editora Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 1884, Lourdes, Belo Horizonte (MG), CEP 30.000. Em São Paulo: Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo, (SP), CEP 05415, fone 853-6680.
Anual Cr\$ 500,00 Semestral Cr\$ 270,00

CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO Aluísio Marques Álvaro Calbas Antonio Carlos Carvalho Antonio de Pádua Prado Jr. Antonio Sérgio de Souza Claudio Câmara Emiliano José João Batista Moraes Guis Jorge Baptista Marcelo Barba Maria Moraes Maria Rita Kehl Raul Angliada Pont Robinson Ayres Tibério Canuto Fausto Brito (Conselheiro-Pfísico) Sulpícios Carlos Tibúrcio Flávio Andrade Antonio Espinosa Edécio Fernandes Flaminio Fantini
DIRETORES Antonio de Pádua Prado Jr. Flaminio Fantini Jorge Baptista Robinson Ayres Tibério Canuto (Diretor-Presidente)
Secretário de Redação Carlos Moreira
Edição e Secretária Gráfica Paulo Roberto M. Borges
Editor Geral Jorge Baptista
EDITORES Internacionais Carlos Tibúrcio (editor), Carlos Eduardo Matos (coordenador), Aluísio José Marques, Altair Moreira, Cecília Compagnon, Cleide Cinc, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Varga, Lana, Maria Cre-

EM TEMPO:
Arquivo-Pesquisa Luis Gabriel, J. Moura Marinho, Maria Quilero, Silvestre Prado, Rubens Adorno
SUCURSAIS:
Brasília (SCS - Edifício Maristela, s/nº 103), Luiz Carlos Maria Juarez Recife (R. Aníbal Falcão, 127-Frações) Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Miranda (coordenação), Fred Navarro, Paulo Santos, Raíssa Scatru, Alzira Me-

deiros, Eliane Veloso, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira, (administração) **Belo Horizonte** (R. Bernardo de Guimarães, 1884), Alberto Duarte (chefe de sucursal), Edgar de Mata Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Malzé Trindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Barcala, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Asphahn, Virginia Pinheiro (redação), Mariza Araújo, (administração) **Caritiba** (R. José José Loureiro, s/nº 203 - Edifício Mauá) **Recife** (Rua do Recife, s/nº 100 - Av. Oswaldo Aranha, 1407 - loja 20), Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Garson Schimer, Letânia Meneses, Sosa (redação), Adão Cap, Cláudio Almeida, Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Raul Pont, **Salvador** (Av. 7 de setembro, 202 - s/nº 501), Ademir Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Godinho, Cláudio Miranda, Lina Maria **São Paulo** (R. de Lapa, 200 - s/nº 408) Adauto Novais, Alair Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karan, Carlos Alberto Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasseimann, Fernanda Coelho, Jamir de Meneses, Joaze Ricardo Gonçalves, Luis Merelles, Liga Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luiz Arnaldo Dias Campos, Marceio Barba, Marcos Arbo Reis, Margarida Autran, Maria e siene Malta, Olga de Assis, Olívia D. Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Maria Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas

SECRETÓRIOS:
Araçáju (SE) David Dantas **Campina** (SP) Fátima Barbosa, Rinaldo Barros **Pernambuco** (SC) Fernando Vidal, João Sampaio, José Adelfino **Pernambuco** (CE) Fausto Aguiar (coordenação), Gerardo de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos, José Saraiva Jr., Vinício de Araújo (administração e distribuição) **João Pessoa** (PB) Aurélio Aquino, Gerardo de Araújo, Manoel Campos **Natal** (RN) Cicero Correia, Francisco de Assis **ADMINISTRAÇÃO** (São Paulo): Anilton Pinheiro, Aparecida Barbosa de Silva, Edvard Luiz Silva, Eivra Oliveira, João Carlos Leme, Jesus Vereia, Nilo Sérgio Diniz, Samira Zaidan, Hélio Gomes **Assessoria Jurídica**, Luiz Eduardo Greenhalgh, Luiz Alberto Mercondes Piccini (São Paulo), Arnaldo Alonso Barbosa (Belo Horizonte), Ademir Oliveira (Salvador) **Diretor-Responsável**: Robinson Ayres **EM TEMPO** é uma publicação da Editora Aparte S/A - Rua Bernardo de Guimarães, 1884 - Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Matheus Grou, 57 - Pinheiros (São Paulo) - CEP 05415 - Telefones: 280-4759 e 853-6680. Composto e impresso nas oficinas da PAT-Publicações e Assistência Técnica Ltda Rua Dr. Virgílio de Carvalho P. 10, 412 - Pinheiros (SP) - Telefones: 368-9112 Os artigos assinados não representam necessariamente a opinião do jornal.

FINAIS

GERAIS

RESISTÊNCIA / Foi apreendido em Belém na semana passada, o jornal "Resistência", da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos. A apreensão foi realizada pela Polícia Federal, que alegou ordens do Ministério da Justiça. O Jornal, no número apreendido, trazia ampla denúncia de torturas praticadas pelos Órgãos de repressão daquele estado.

Nos próximos dias 8 e 9 as Casas de Estudantes realizarão em Porto Alegre seu terceiro encontro nacional. O objetivo é fortalecer, organizar e unificar as lutas por moradia estudantil em todo o país, numa tentativa de assegurar a continuidade das casas que ainda reatam. Este encontro, que deverá reunir 200 estudantes também pretende pressionar as autoridades educacionais para que sejam solucionados os problemas de moradia dos estudantes mais pobres. Segundo os organizadores desta reunião, a situação está cada vez mais grave. Como exemplo, eles citam o fato de que em 1960 havia mais 20 casas de estudantes em Porto Alegre, enquanto hoje elas estão reduzidas a cinco, uma das quais ameaçada de extinção.

LIGHT / Em São Paulo 800 trabalhadores da Light, empresa fornecedora de eletricidade, se reuniram e decidiram formalizar, através do sindicato, a exigência de um aumento salarial imediato de 20% para toda a categoria. Na assembleia realizada os trabalhadores ameaçaram, caso não sejam atendidos, entrar em greve geral, "por mais lei que haja dizendo que o nosso trabalho é caso de segurança nacional".

SECUNDARISTA / O gaúcho Flávio Eduardo Silveira, Caco estudante secundarista que tinha sido expulso do Colégio Júlio de Castilhos de Porto Alegre, retornou às aulas. Após duas semanas de movimentação na escola - assembleias gerais, greves, manifestações de apoio Flávio decidiu recorrer à Justiça.

Seu advogado, Marco Túlio de Rose, impetrou um mandato de segurança e solicitou ao Juiz uma liminar para que o aluno expulso pudesse assistir às aulas durante o julgamento do processo. Enquanto isso, Caco continua participando das atividades políticas estudantis no grupo Alternativa, do qual faz parte. Segundo

ele, "o tiro saiu pela culatra. A direção tentou reprimir, mas ao contrário, nos fortalecemos, pois a revolta contra esta arbitrariedade adquiriu maiores dimensões. Agora temos mais força para avançar na luta em defesa dos nossos interesses".

Cajá / Dia 5 próximo, em sessão secreta, será julgado o pedido de reexame da prisão de Edval Nunes da Silva - Cajá - preso desde maio, tendo permanecido na sede da Polícia Federal do Recife, sendo depois transferido para Itamaracá e em seguida para o presídio Mourão Filho, onde se encontra. A prisão de Cajá, ex-diretor do DCE da Universidade Federal de Pernambuco e membro da Pastoral da Juventude do Recife, continua provocando protestos de setores estudantis e da Igreja, apesar das ameaças e tentativas de intimidação à esses setores por parte dos órgãos de repressão pernambucanos.

GREVE DE FOME / Na noite de vigília realizada a 29 de agosto em Santo André, em repúdio à prisão dos membros da Convergência Socialista, a mãe de José Maria de Almeida, Dona Sebastiana, exigiu a libertação de todos os presos até quinta-feira (31/8) às 18:00 h, quando então ela e outras mães de prisioneiros políticos entrariam em greve de fome.

A proposta foi aplaudida de pé por todos os presentes, e ganhou imediatamente inúmeras adesões. O local marcado para a realização da greve foi a Câmara Municipal dos Vereadores de São Paulo.

Também presentes na vigília estavam Ana Maria Nogueira e Justino, dois dos presos que já foram libertados. Também ovacionados de pé pelos presentes, declararam que "o que garantiu que saíssemos foram vocês aqui fora, com toda a movimentação" e que engrossariam a greve de fome, pois "nossa prisão não nos assusta; a luta dos socialistas passa pelos cárceres do governo".

CONGRESSO / Será realizado em Bragança Paulista, de 7 a 10 de setembro o VII Congresso de Comunicação da União Cristã Brasileira de Comunicação. O Congresso deste ano estará centrado no tema "Comunicação e Consciência Crítica".

SUCESSÃO DE GEISEL

TEM CHEIRO DE GOLPE NO AR

Nas últimas semanas, vários indícios de que pode virar um "golpe branco", algo capaz de alterar as regras do jogo sucessório e botar para escanteio tanto Euler como Figueiredo.

O candidato a deputado, indifferente ao ostensivo cerco militar montado na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, arrumou a gravata no pescoço e ensaiou seu discurso: "Companheiros, sinto um cheiro de democracia!" Sem dúvida, o olfato de Mário Renato (o candidato) deve estar precisando de uns reparos. Pois tão logo ele iniciou o discurso, um policial do DEOPS ali de prontidão, garantido por cavalaria e tropas de choque da PM, agarrou-lhe para a prisão. Isto ocorreu segunda-feira passada, durante um ato público pela libertação de 22 presos políticos, em São Paulo.

De fato, nas últimas semanas, o cheiro no ar foi muito mais para ditadura do que para democracia. A repressão correu solta em vários momentos e locais (ver págs. 6/7), dando claros sinais de "coisa preta".

O colunista Alberto Dines, na **Folha de S. Paulo** do dia 29, analisando a atual escalada repressiva, conclui que "o governo procura escapar do impasse político-militar mudando o curso dos acontecimentos". Como? "Criando outro pólo de eventos com dinâmica própria, tenta corrigir o panorama sucessório, assaz desconfortável". Ou seja: a sucessão presidencial entraria como eixo dos últimos lances, pois nela o governo investe tudo que pode, visando emplacar Figueiredo.

Entretanto, o progresso e - de resto - a oficialização da candidatura Euler Bentes, concomitante ao fracasso cada vez maior do candidato Figueiredo, estariam levando o governo (ou setores dele) a **mudar de assunto**. Ao invés de sucessão,

fale-se subversão-repressão. Para tanto, para eles, basta "justificar" com a reanimação das lutas sociais, as greves em vários setores, os protestos de todo tipo, a reentrada em cena do movimento de massas.

O país nervoso

De outro lado, os últimos recados dos comandos militares têm não apenas tocado - insistentemente - na tecla da unidade das Forças Armadas, mas expressam também o seu compromisso de manter "íntegro o sistema de poder implantado não propriamente em 1964, mas em 1968" ("Coluna do Castello", 30/8 - JB). Procura-se caracterizar a situação atual como semelhante aquela que antecedeu ao AI-5. Traduzindo: "... a hierarquia está mobilizada para transferir o poder ao general João Baptista de Figueiredo". Mas tudo dependerá das condições de temperatura e pressão da qual por diante, condições políticas, as quais poderão fazer remexer a hierarquia.

"Inegavelmente o país está nervoso" (**Folha de S. Paulo**, 31/8); "Very nervous" - exclama um presidente de multinacional da indústria farmacêutica (idem, idem). "Os Chefes Militares, ericados com as manifestações do liberalismo político, não deixam de promover hoje, com sua atitude, a recomposição parcial da aliança com setores do empresariado assustados com a candidatura do general Euler Bentes. Por isso mesmo podem objetar as reformas na medida em que elas desarmarem o sucessor dos instrumentos de contenção política e social" ("Coluna do Castello", 30/8 - JB). Em melhor português: há no ar um cheiro de golpe dentro do golpe.

Se Euler não dói, ele incomoda; e - talvez mais - incomoda também a cavalgada de Figueiredo, dando fora em cima de fora, sendo alvo de repúdio e gozação não apenas da "opinião pública", mas também alvo de irritação em setores empresariais e militares. Entretanto, Figueiredo quer ir adiante e não abre mão. Em Santa Catarina, dia 28 de julho, ele advertiu que, se tudo não correr conforme manda o figurino, na base das reformas "graduais e seguras", poderá "haver tropeços que nos levem à estaca zero, como já aconteceu no passado... se retrocessos houver, a culpa não será nossa" - disse.

Dados Políticos

Figueiredo é um dilema de Geisel. Melhor: é o dilema de um governo incapaz de dar saída a pressões políticas de toda ordem, de um regime incapaz de responder às de-

mandas sociais que hoje explodem (nem mesmo às demandas do conjunto das classes dominantes). Na prática, os remendos da auto-reforma já se revelaram insuficientes para juntar as pontas dos desacordos, ineficazes para atrair dissidentes, absolutamente inúteis para conter a oposição popular.

As asneiras de Figueiredo, suas grossuras aqui e acolá, a tara do candidato por cheirar cavalos, mais que atitudes pessoais, passam a contar como dados políticos a agravar esse dilema do governo e do regime. Querendo ou não, há um determinado conteúdo em cada fala do candidato oficial do governo e do regime.

Basta reler e meditar: - "Os pecuaristas gaúchos são gícolôs de vaca"; - "o povo não sabe escovar os dentes e, portanto, não está preparado para eleger o presidente da república"; - "Se o MDB vencer as eleições de novembro a coisa explode e aí eu explodo junto"; - "Não vou mudar e vão ter que me engolir com casca e tudo!". Recentemente, em Bauru (SP), chateado com a repercussão de seu desgosto pelo "cheiro do povo", ele exclamou: "... tenha comigo um pouco de compreensão, pois, rude e franco, é do meu temperamento... se for preciso modificá-lo então é melhor o povo buscar outro candidato, porque eu não sirvo!" (Evidentemente, ele não explicou que deve o povo fazer para "buscar outro").

Seja como for, o João Batista é assim mesmo - comentou há pouco o publicitário/empresário Mauro Salles -, e o negócio é trabalhar sua imagem para **vendê-la**. Em palestra na Escola Superior de Guerra, Salles descobriu em Figueiredo "características de líder populista, capaz não só de angariar simpatias para sua causa, como de transmiti-las aos candidatos de seu partido", e - tranquilizando os ouvintes - acrescentou: "... apesar da existência de duas candidaturas às eleições presidenciais, elas serão decididas pelo Colégio Eleitoral, onde são remotíssimas as possibilidades de insucesso do candidato da Arena".

Daí Salles enganchou sua justificativa para o fato de a Arena ter feito um contrato publicitário de Cr\$ 20 milhões, a fim de vender o produto Figueiredo.

"Constituinte com Geisel"

Assim mesmo, não são poucos os potenciais consumidores dessa candidatura que, desiludidos, têm se desertado. O coronel Plínio Rolim

de Moura, por exemplo, ex-assessor de Jânio de Quadros, e que se diz o primeiro a lembrar o nome de Figueiredo para sucessor de Geisel, escreveu no último dia 29, na **Tri-buna da Imprensa**, longo artigo onde declara sua reviravolta.

"O perigo é que, não sendo - Figueiredo - suficientemente flexível, nem bastante brilhante, sendo alçado à presidência na condição de turrão provado, justamente em um momento em que a nação está mergulhada em problemas muito graves como o da sua quase insolvência, e no desequilíbrio social gerado pelo saque das multinacionais, não tendo ele o apoio popular e tendo ferido susceptibilidades no Exército, levaria o país, senão à guerra civil, pelo menos a conflitos frios que o obrigariam a cair no pinochetismo. Ora, pinochetismo, nesta altura dos acontecimentos, é desgraça, como desgraça é o que está acontecendo no Chile".

Para o coronel, apesar do prestígio de Euler, a única saída sucessória seria a não-sucessão; mas a continuidade de Geisel: "Geisel - diz ele - é o único capaz de sustentar as rédeas do Exército, e mantê-las firmes, em suas mãos, fazendo o engulir até uma centro-esquerda, que é a novidade deste fim de decênio". Finalmente, Rolim de Moura propõe uma (in)certa "Constituinte com Geisel". Tal proposta, aliás, não deve ser tomada só como coisa novidadeira. Segundo boas fontes, estariam pensando em sentido idêntico alguns setores empresariais paulistas sobretudo depois da amarração oficial e de fôlego da candidatura Euler, via MDB.

Cheiro de golpe

Fôra de dúvida, Euler Bentes curte hoje uma enorme preocupação com o cheiro de golpe no ar. Talvez um "golpe branco", uma pitada de AI-5, pois isso seria o bastante para alterar as regras do jogo sucessório, antes ou depois da encaenação do Colégio Eleitoral em 15 de outubro.

Nesse sentido, todos os recentes pronunciamentos do general dissidente têm se pautado por uma fixação: a reiteração do caráter pacífico de sua campanha, o zelo na defesa da "unidade militar" (explicando que o que existe de divergências são opiniões pessoais de militares, não de militares "enquanto membros de corporações"), a fuga da crítica direta a Geisel ou a Figueiredo.

"Desejamos percorrer um caminho pacífico e conquistar nossas metas dentro do estreito quadro legal existente" - disse ele em São Paulo, na última quinta-feira, antecipando o que iria detalhar na concentração do dia seguinte em Campinas.

Apesar disso, a questão sucessória confunde-se inevitavelmente com a questão militar.

O general Tácito Teófilo, tanto quanto Figueiredo, ousaram afirmar que Euler Bentes dispõe apenas de 2% de apoio dentro das Forças Armadas. Mas, nesse terreno, os poucos fatos que escapam à luz apontam coisa diferente. "Experts" na matéria anunciam que Euler encontraria apoio junto a duas dezenas de generais, além de ter grande número de adeptos na faixa de coronéis para baixo.

Na abertura da campanha do MDB, em Olinda, no Dia do Soldado, enquanto os chefes militares discursavam em nome da "unidade", Euler - segundo a imprensa - reunia 24 coronéis e outros oficiais da ativa, numa "clara demonstração de que aceita e estimula a mobilização dos segundos escalões militares na formação da primeira dissidência ocorrida nas Forças Armadas..." ("Coluna do Castello" - 28/8 - JB).

Enquanto isso, sempre discreto, o "homem do MDB" - segundo Uli-sses Guimarães - recebe o apoio de Roberto Médici, visita Médici (o pai), tenta atrair Sílvio Frota e tem em Hugo Abreu um de seus principais pontos-de-lança. Ou seja: Euler, sempre discreto, vai faturando nas áreas mais repressivas - ditas "linha dura" - do regime, sem deixar de acender sua vela para os deputados autênticos que um dia o promoveram como "homem de estrela na testa".

Isto, talvez, seja o que ele chama de candidatura "síntese dos interesses nacionais". Antes de tudo, os novos (ou velhos) compromissos com Médici & Cia, afastam o candidato Euler da oposição democrática e popular, podendo até provocar o divórcio de um casamento que

efetivamente nunca aconteceu; mas - de outro lado - fortalece a candidatura do MDB no Colégio Eleitoral onde o fiel da balança é a atitude de uns tantos conservadores da Arena.

O progresso da candidatura Euler Bentes, em termos "eleitorais indiretos" - digamos assim - ao lado do retrocesso da candidatura Figueiredo, começam a afetar fundo o governo. Reflexo disso: o "Relatório Reservado", de 28/8 a 3/9, nº 619, boletim de circulação em meios empresariais, anuncia com todas as letras: "Já está distribuído em quartéis e nos meios políticos, com discreto apoio dos órgãos de informação, um relatório contra Euler Bentes, acusando-o de ter ficado em cima do muro nos dias decisivos do movimento militar de 1964. O objetivo é provar que o general não pode ser chamado de **revolucionário**, o que o incompatibiliza com amplos setores do Exército".

Contudo, Euler Bentes parece disposto a levar a parada até onde puder, até onde lhe derem corda, segurando as bandeiras liberais do MDB, tentando dar uma meia-sola no regime, que já se revelou um sapato furado até para consideráveis segmentos das classes dominantes. Para as classes populares, sem dúvida, que bem sabem onde o sapato aperta, são insuficientes os remendos, maiores ou menores. Entretanto, a tarefa do MDB, ainda que limitada, contraditória e confusa, mas que já causa pânico nos arraiais do regime, também poderá lhes interessar no plano do imediato, ao menos para que consigam pisar em maior espaço político.

(Jorge Baptista)



JOÃO MONLEVADE - MINAS.

Uma cidade vive a greve

Na cidade de João Monlevade em Minas Gerais são oito horas da manhã do dia 31 de agosto. O cinema central está completamente tomado por 1.500 operários da Cia. Siderúrgica Belgo Mineira, que tem na cidade o seu setor de usinagem. Vai começar a assembleia que tem um único tema em pauta: a greve.

João Paulo de Vasconcelos, o presidente do sindicato local e um dos líderes de ponta do atual sindicalismo combativo brasileiro, abre a ceia:

"Companheiros! No ABC, há pouco tivemos uma demonstração do que é capaz o operário: fez a greve, venceu! Como lá, aqui em João Monlevade este clima de luta é todo ele gerado pela radicalização da empresa, que não quer discutir aumento salarial conosco, nem atender as nossas reivindicações de mudança na escala de revezamento de turnos".

As reivindicações que haviam sido apresentadas pelo sindicato no dia 10 de agosto e que a empresa prometera responder dia 30, eram: mudança no sistema de revezamento de turnos - reivindicação já apresentada há quatro anos atrás e que a Belgo atendera apenas para 700 operários - normas gerais de trabalho dignas, 20% de aumento acima do índice oficial, 240 horas de gratificação de retorno de férias e piso salarial.

No entanto, em reunião do dia 30 a empresa disse que não atendia a nada naquele momento e que poderiam voltar a discutir dia 6 de setembro. Para João Paulo, segundo afirmou na assembleia, "a empresa ao esvaziar a reunião usou de um artifício para testar a capacidade dos operários pararem".

"E mais adiante, 'É chegado o momento de decisão. O sindicato disse diversas vezes que não provoca situações. As situações são criadas pela

empresa... Qualquer decisão cabe aos companheiros; a Belgo não atende nossas reivindicações; o que vamos fazer?"

"E todos respondem: GREVE!"

Terminada a assembleia da manhã, ficou decidida a greve para quando o pessoal presente pegasse serviço, ou seja, 15 horas. Na cidade só se comenta sobre a greve. Aposentados, bilheteiros de loteria, filhos e mulheres de operários, para todo o assunto é um só, a greve.

Na saída da assembleia o clima é de grande revolta contra a empresa e de enorme disposição de luta. Um operário com 22 anos de casa comenta: "Espero que amanhã os culpados por esta manipulação dos dados - referia-se ao problema da reposição de 1973 - sejam julgados por um tribunal popular. O governo só controla um preço neste país, que é o da nossa mão de obra".

As duas horas da tarde, João Paulo na porta da usina distribuindo boletins é abordado pelo chefe do Departamento de Relações Industriais da Belgo que lhe entrega uma folha de papel contendo os setores da fábrica que, em caso de greve, não podem parar "tempestivamente". Enquanto isto, no interior da empresa, EM TEMPO entrevistava o Diretor de Organização da Belgo, que ignorando ainda a decisão da assembleia, teorizava sobre "as forças externas nas greves do ABC paulista", e argumentava que a empresa não podia atender às reivindicações do sindicato por dificuldades financeiras.

Mas para João Paulo, esta história "é uma piada". A empresa tem se expandido fantasticamente: ampliou suas fábricas, adquiriu ou fundou sete novas subsidiárias, "aplica alto no mercado de capitais, e de acordo com a Bolsa de Valores do Rio, seu lu-

cro subiu de 600 milhões de cruzeiros no ano passado".

As quatro horas da tarde, de novo no cinema, 2.000 operários que deixaram o serviço às 15 horas discutem a greve, que já começara uma hora antes com relação do 2º turno. toda a fábrica está parada.

João Paulo historia os fatos, denuncia a empresa bem como o governo e enfatiza o antigo e sentido problema do revezamento de turnos: "A empresa atendeu 700 casos; deixaremos que outros 3.500 companheiros trabalhem 304 horas anuais a mais do que é legal? Vocês aceitam que voltemos ao trabalho, mas não voltaremos; as coisas serão resolvidas aqui dentro." O resultado da assembleia é o mesmo da de manhã: greve.

O clima geral na cidade é de vitória e ao mesmo tempo de expectativa quanto ao desenrolar da nova situação. "Greve mesmo, já houve três em Monlevade, todas vitoriosas: 61, 62 e 63" diz um operário na porta do cinema. E completa, "mas isto faz tempo, esta agora vai ser de braço cruzado." "Ao mesmo tempo, as palavras de João Paulo deviam ainda estar sendo trabalhadas em muitas cabeças; pois além do resultado, que foi a greve, ele falara também de "governo que não tem nada a ver conosco", de "escravidão dos trabalhadores desde 1945, agravada a partir de 64, da CLT como AI-5 dos trabalhadores", de unidade sindical estadual e nacional etc. Várias coisas que de repente ganharam vida e significado, ainda que para muitos, complicados.

Mas seladas com a prova dos nove, pois segundo o presidente do sindicato, "a Belgo quis testar a força do nosso pessoal. Tá testada. Tá parada!"

(Sucursal de Minas)

EULER-FIGUEIREDO

Programa Econômico: esta questão divide?

Recentemente a revista **Exame** trouxe a público um dado intrigante sobre o general Euler Bentes Monteiro: o seu programa econômico e o de Figueiredo não são diferentes. E o que afirma em entrevista ao periódico, o economista da Fundação Getúlio Vargas no Rio, Dalton Daemon, apresentado há pouco tempo por Euler como sendo praticamente seu porta voz para assuntos econômicos: "80% de minhas idéias são aceitas pelos dois candidatos", diz Daemon. E prossegue afirmando que Geisel, Figueiredo, Euler, Magalhães, etc., poderiam perfeitamente sentar numa mesma mesa para a elaboração de um programa comum.

A afirmação é importante, pois, muito se tem falado ultimamente do suposto programa econômico do general Euler Bentes. Tanto à direita como à esquerda do general o que há, no entanto, é muito mais ficção do que realidade, uns e outros, moldando a figura de Euler às suas necessidades de ataque ou defesa do candidato da oposição.

As malditas ou benditas idéias deste programa econômico correriam por um veio vagamente nacional reformista: fortalecimento da empresa nacional, da pequena e média empresa em especial; controle estatal de alguns setores para garantia da soberania nacional; melhor distribuição de renda com ampliação do mercado interno; alteração da estrutura fundiária etc. Em resumo, e nas palavras do general, trocar a meta do "Brasil potência" por aquela do "Brasil bem estar social".

De fato, o passado de Euler, mais do que suas declarações do presente, alimentam tais suspeitas. A fidelidade ao antigo grupo nacionalista do general Albuquerque Lima - apesar deste hoje apoiar Figueiredo -, a passagem de Euler pela direção da SUDENE e da Indústria de Material Bélico - IMBEL, estariam a endossar a tese do nacionalismo. E agora, a proximidade dos autênticos, os elogios do general ao Projeto Brasil do senador Teotônio Vilela e

estudos vindos a público como dirigidos ao general - tipo o "Programa Econômico de Curto Prazo para o Governo de Transição" do economista Cesar Maia, do Rio - estariam a endossar também, seja a tese do nacionalismo, seja aquela do reformismo social.

Mas quando deixamos de lado estas referências indiretas e vamos às palavras do próprio Euler, a coisa muda de figura e as duas teses carecem de sustentação. Suas alusões aos temas econômicos são extremamente vagas e imprecisas, embora enfáticas; ou seja, são retóricas. O general fala de justiça social, de soberania nacional etc, mas sem fixar claramente as metas almeçadas, e mais, os meios viáveis. O resultado é que o raciocínio de Euler nestas questões tende a se desviar para as adjectivações inflamadas mais do que para as definições substantivas, e para as futuras legislações competentes mais do que para os meios políticos factíveis.

Velha Sina

Isto pode ser taticamente interessante para o general. Ao não precisar seu programa econômico, deixa de lado todo um campo de onde seguramente emergiriam contradições, conflitos e portanto inimigos. Ao mesmo tempo, registra e acolhe o sentimento médio do militar brasileiro, hoje envergonhado cansando de sustentar a bagatela de atos de corrupção feitos ou endossados pelo grupo do Palácio do Planalto.

O reverso disto é que para amplos setores da oposição, Euler aparece reptando a velha sina dos liberais, que é a de propor um Estado de Direito, mas não quer tolerar as reivindicações que um tal estado deixaria emergir fatalmente. Mais do que isto, Euler abre assim um amplo flanco de confusão ou identidade com Figueiredo. Pois desde o II PND do governo Geisel, e agora mais ainda com Figueiredo, tornou-se normal que os meios oficiais reconheçam as mazelas sócio-econômicas de

seu modelo - sem contudo apontarem para soluções concretas. A distinção entre os dois candidatos vai assim circunscrevendo-se ao campo estritamente político: Euler diz querer a democracia já; Figueiredo, a reforma do regime autoritário.

Uma indagação intrigante também aparece neste contexto. Sabidamente, Magalhães carregava para sua candidatura à presidência, algum apoio americano, enquadrado na nova orientação do imperialismo de "solidariedade à causa dos direitos humanos" e de debilitamento de governos potencialmente rebeldes à sua hegemonia no capitalismo subdesenvolvido. Enquanto Magalhães marchava junto com Euler, este, talvez por precaução, evitasse aprofundar questões econômicas que poderiam ferir interesses. Mas e agora que Magalhães baldeia para o outro lado? A vagueza retórica de Euler seria sintoma de que o imperialismo ficou com ele?

Em todo caso, o que há de concreto é que o capitalismo monopolista do Brasil de hoje, ao contrário daquele do pré-64, não mais sequer tolera o nacional reformismo. E assim, todos aqueles que enveredam por esta trilha no seu afã de cooptação popular, são obrigados a ficar no meio do caminho, que é aliás o pior dos fundos: as massas populares não se sensibilizam enquanto que a direita exorciza o fantasma do passado.

Enfim, as oposições devem ver no general Euler não mais do que uma alternativa liberal, adaptada contraditoriamente às possibilidades do capitalismo brasileiro. E se cabe realizar com ele alguns ataques conjuntos, não devem as oposições confiarem a seu cargo a própria quebra do autoritarismo e a instauração de um Estado de Direito pleno. Pelo contrário, cabe a denúncia de suas inconsistências e limitações.

Pois já o pós-Estado Novo, através de Dutra, deixou uma clara lição: o liberalismo brasileiro não é compatível com o povo. (Flávio Andrade)



O CAPITAL TRAVESTIDO DE NACIONALISMO

A propaganda governamental se encarrega de apresentar o Pólo Petroquímico de Camaçari como símbolo da afirmação nacional e do desenvolvimento auto-sustentável do Nordeste. Apesar desta fraseologia nacionalista, o Pólo de Camaçari representa o interesse do grande capital, seja nacional ou estrangeiro e a briga entre estes é apenas para ver quem fica com a maior fatia do bolo.

O Pólo Petroquímico de Camaçari volta à berlinda. Os seus apologistas a exemplo do deputado arenista Luiz Viana Neto, o defende como símbolo da "afirmação nacional". E também como o bem sucedido caminho para levar o Nordeste a ser auto-sustentável economicamente e a superar as desigualdades regionais. As denúncias de que o pólo seria um maná para as multinacionais, se responde com uma acusação grave: tudo isto não passaria de uma trama diabólicamente urdida por empresários paulistas, os eternos conspiradores do subdesenvolvimento nordestino.

Na lógica de tal raciocínio, por detrás dos empresários paulistas estariam nada mais nada menos do que os tentáculos invisíveis das multinacionais e é criada assim uma contradição: o pólo petroquímico de São Paulo representaria o capital estrangeiro e o pólo de Camaçari sintetizaria os interesses do capital nacional. No outro extremo, os catastróficos vêm o Complexo de Camaçari apenas como um elefante branco, onde o capital nacional estaria sendo sufocado pelas multinacionais e seria necessário portanto, alterar as regras do jogo para que o centro de decisão seja transferido para mãos nacionais. Apesar do apelo nacionalista das duas visões, ambas não correspondem à realidade.

O famoso tripé

Ao planejar o Pólo Petroquímico de Camaçari, o Governo, adotando uma tese do economista Rômulo de Almeida, bolou o já famoso sistema tripartite no controle acionário das empresas petroquímicas de Camaçari: um terço do capital estatal, um terço do capital estrangeiro e um terço de capital privado nacional. Segundo a ótica governamental, esposada até certo ponto por técnicos independentes, este sistema teria o poder mágico tanto de garantir o caráter nacional como o caráter privado dos empreendimentos. Ou seja, na hora de defender os interesses nacionais, o capital autóctone se aliará com o Estado, e na hora de defender os interesses, contudo, nem sempre se identifi- cam de forma tão linear.

Em primeiro plano, cabe destacar que os três sócios do Pólo Petroquímico de Camaçari são os mesmos que desempenham o papel principal na nossa sociedade capitalista e têm um grande ponto em comum: todos três são monopolistas. Nada têm de "nordestinos". Eles atuam tanto no Sul como no Nordeste, o que demonstra ser artificial uma contradição antagonica entre o Pólo de São Paulo e o do Nordeste. Assim é que em Camaçari atuam multinacionais como a Mitsubitchi, a Shell, a Du Pont e grandes conglomerados nacionais como o grupo Peixoto de Castro, o grupo Ultra e Camargo Correia, alguns dos quais com atuação no plano internacional.

Naturalmente, os três sócios não têm o mesmo poder de barganha e o capital monopolista nacional desempenha o papel de elo mais fraco. E é como elo mais fraco que ele se queixa do sistema tripartite, revelando ser exageradamente otimista a conclusão do deputado Luiz Viana Neto, segundo a qual tal fórmula "assegura o predomínio do capital nacional". O mínimo que se pode dizer do deputado arenista, porta-

voz do governo para rebater às críticas ao Pólo de Camaçari, é que ele não esteve presente na 1ª Semana de Tecnologia Industrial, realizada em Salvador em abril de 1976.

Neste encontro, Hélio Beltrão, presidente do grupo Ultra, empresa detentora do controle da indústria Melamina em Camaçari, pediu o "aperfeiçoamento do sistema tripartite para que o empresário nacional possa ter a liderança das empresas". Reivindicação no mesmo sentido foi feita pelo insuspeito Ministro da Indústria, Marcos Pratinho, presidente do Grupo Peixoto de Castro, também presente em Camaçari. E se não bastasse isto, restaria a conclusão de um técnico do Ministério da Indústria, Eduardo Rappell, que após vociferar sobre "qual é o sentido de um tipo de indústria que cria no máximo ilhas de progresso", fez a seguinte constatação:

— O BNDE entra com 75% do capital das empresas, os três sócios entram, cada um, com 8% do investimento. O sistema tripartite vem, sendo altamente vantajoso para o capital estrangeiro, pois o que ele entra em termos de capital é exatamente o que pagaria pela tecnologia que se está sendo utilizada. Este sistema não garante a transferência da tecnologia para as mãos do empresário nacional". E não garante até por uma razão simples: a tecnologia do Pólo de Camaçari é adquirida na fórmula que o jargão tecnocrático chama de "caixa preta", isto é, todo um pacote tecnológico que não pode ser comprado separadamente. E para por uma pá de cal na teoria da "transferência tecnológica" resta ainda a palavra do diretor da Prosin S/A, Eduardo Demarchi:

— A empresa brasileira contrata uma firma estrangeira para implantar sua fábrica que não é detentora da tecnologia a ser utilizada, indo buscá-la na firma produtora (também estrangeira) que licencia o processo. A empresa brasileira fica com uma fábrica que aprende a operar dentro de certos limites que passam a ser considerados com tabus e sobre os quais não tem capacidade de inovar".

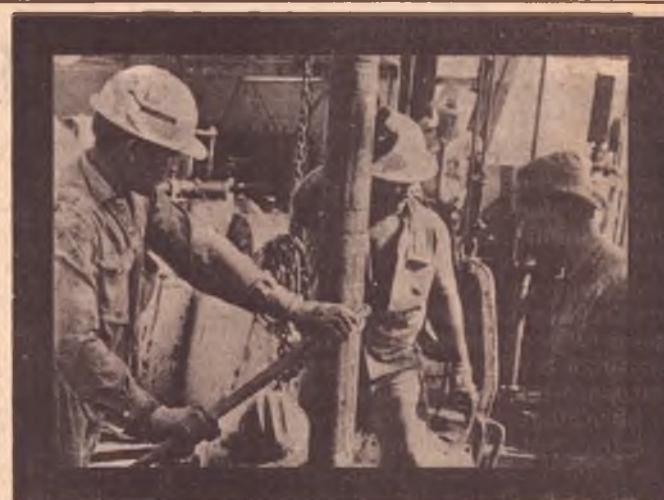
Como sócio menor, os grandes grupos nacionais que operam no polo petroquímico de Camaçari, gritam contra esta situação, procurando aumentar o seu poder lamúrios, procurando identificar os seus interesses com o do conjunto da nação. Isto, entretanto, não o leva a antagonismos com o capital estrangeiro, continuando a se associar a este. O Estado, por sua vez, atua em Camaçari em duplo sentido.

De um lado, tem a missão de otimizar os lucros do capital privado seja nacional ou estrangeiro, arcando com investimentos básicos, como Central de Matéria-Prima, Central de Utilidades e Central de Controle de Efluentes Líquidos — neste caso assumindo as tarefas anti-poluentes, e com os investimentos de infra-estrutura. Otimiza ainda o lucro das empresas privadas, ao financiar em 75% os projetos industriais que se implantam no pólo. Mas não se limita a isso. É ele mesmo uma espécie de "empresa privada", pois participa, como sócio, neste projeto industriais, atuando com os mesmos critérios da iniciativa privada, qual seja: a ótica implacável do lucro.

Ao capital estrangeiro é dado o papel principal por ter um maior poder de barganha e sua participação no Complexo Petroquímico de Camaçari é subestimado pelas autoridades públicas, não correspondendo às palavras de Viana Neto de que em nenhum projeto eles detêm o controle acionário. Exemplos: A Rhodia Nordeste S/A, que vai produzir Metionina, é controlado de uma subsidiária da Rhone Poulenc, uma multinacional francesa.

Roupage ideológica

Se normalmente os conflitos no Pólo de Camaçari aparecem revestidos ou de uma conotação regional a grita contra o "imperialismo paulista" ou de uma roupage nacional- os clamores contra as "multinacionais que conspiram contra o polo" — a realidade indica que, também em Camaçari, as aparências são apenas a face enganosa das coisas. Citem um caso, o badalado conflito entre o Complexo Pe-



troquímico de Camaçari e o projeto da Dow Química, situado no Centro Industrial de Aratu, também na Bahia.

A decisão da Dow de não participar do Complexo de Camaçari e de forçar as autoridades a permitir que esta empresa implante um polo petroquímico próprio, foi denunciado largamente como um atentado às empresas nacionais do setor petroquímico de Camaçari. Ocorre que a grita não era apenas das empresas nacionais, mas também das multinacionais que operam em Camaçari. Quando presidente da Ciquine, empresa ligada à Mitsubishi, Fábio Yassuda, vivia criticando a Dow, alegando que ela prejudicava a multinacional japonesa. Yassuda vivia dizendo aos jornalistas que se a Dow podia ter um polo próprio, por que a Mitsubishi não tinha o mesmo privilégio?

E mais, quando Bernardo Geisel, na condição de presidente da Petroquímica protestou contra a importação de produtos que a Estireno do Nordeste S/A, produzia e estava fazendo não apenas porque isto prejudicava a Petroquímica S/A, sócia da Estireno do Nordeste, mas porque esta importação também prejudicava a Foster Grant, multinacional igualmente acionista da Estireno. O mesmo pode se dizer das denúncias contra o intento da Bayer de implantar em São Paulo uma fábrica para produzir Di-isocionato de Tolueno. Isto prejudicava a Isocionato do Brasil, localizada em Camaçari, da qual a multinacional Du Pont é uma de suas acionistas.

Em contrapartida, existem exemplos de empresas "sulistas" e de entidades controladas por multinacionais, queixando-se da "concorrência desleal" de empresas nacionais do Pólo Petroquímico do Nordeste. O caso mais excêntrico é a acusação da Abiquim - Associação Brasileira das Indústria Químicas, à Paskim Petroquímica. Segundo a Abiquim, empresários paulistas acusam a Paskim Petroquímica, localizada na Bahia, estar fazendo dumping, vendendo chapas acrílicas por um preço que é 70% in-

ferior ao de seus concorrentes do sul do país, por deter a matéria prima básica para a produção de chapas acrílicas. Enfim, apesar da roupagem nacionalista e regionalista, os conflitos verificados no Polo Petroquímico não passam de conflitos inter-monopolistas, onde perde mais quem tem menor poder de barganha.

Complementariedade

os arautos do Pólo Petroquímico o apresentam como moça propulsora para um desenvolvimento regional auto-sustentável. E o fazem com um raciocínio simples: os efeitos, para frente e para trás, do Pólo provocariam um dinamismo tal na economia nordestina e uma grande geração de empregos que levaria a Região a superar os limites do subdesenvolvimento. Ao lado disto, junta-se um outro argumento: O Pólo representa um desenvolvimento das forças produtivas do Nordeste, sendo portanto, progressista.

Cabe registrar que o Pólo nada tem de "regional" e se caracteriza muito mais como complementar da economia sulista do que como o símbolo de um desenvolvimento auto sustentado. Esta complementariedade se dá sobre diversos aspectos: a) Os seus agentes econômicos são os mesmos do Centro-Sul do País. b) O chamado empresariado baiano dele não participa. Os que participam, são dois, o grupo Clemente Mariane e o Grupo Econômico, mas estes não podem ser vistos como uma burguesia meramente regional, pois fazem parte da grande burguesia nacional, apesar de terem origem na Bahia. c) O Pólo Petroquímico de Camaçari é decorrente da "Divisão Nacional de Trabalho" existente no país, que destinou à Bahia a função de produtora de insumos básicos e de bens intermediários. d) O mercado do Pólo Petroquímico de Camaçari não é o Nordeste, mas o Centro-Sul do País, para onde se destinam 80% da produção petroquímica de Camaçari. Naturalmente, isto onera os custos de produção, mas se for levado em consideração as grandes van-

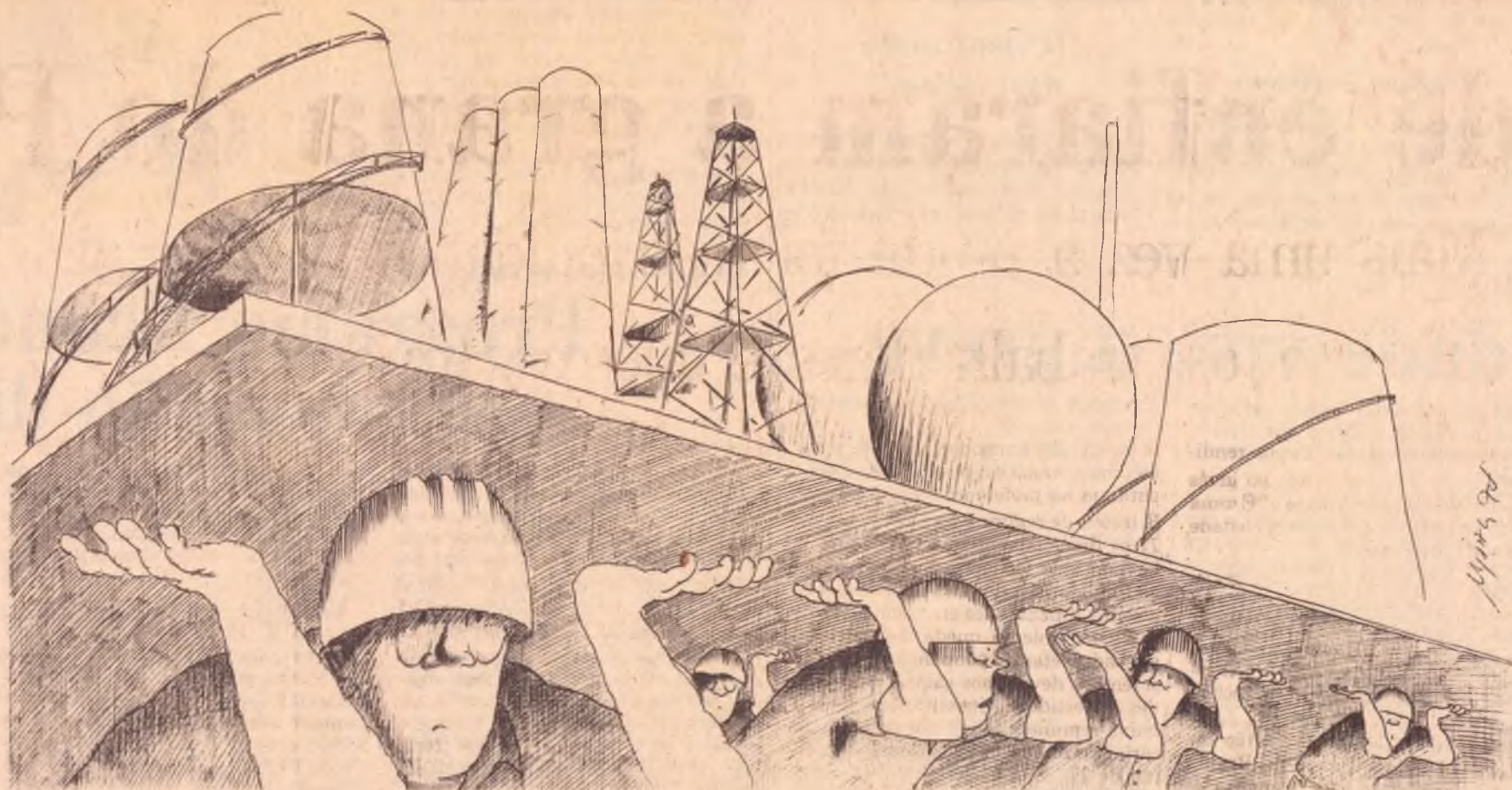
tagens oferecidas pelo Governo, — como o barateamento do capital nos investimentos — e outras vantagens adicionais como proximidade das matérias-primas e sua integração, isto possibilita o pólo ser viável economicamente.

Dado ao seu caráter complementar, o Polo Petroquímico de Camaçari segue os parâmetros industriais do Centro-Sul. Assim é que, as 40 empresas existentes e os três bilhões de dólares investidos geraram apenas 16.700 empregos, revelando um processo fartamente intensivo de capital, pois a relação capital trabalho é de cerca de três milhões e 230 mil cruzeiros — preços correntes, para cada emprego gerado. Tal fenômeno revela que os efeitos germinativos do pólo não são os que apregoam os técnicos governamentais, pois é reduzido b seu poder de gerar empregos.

Isto não leva a constação de que o Pólo Petroquímico de Camaçari é um elefante branco. De um lado, não se pode subestimar o seu papel no conjunto da economia brasileira, sendo parte integrante do polo dinâmico do parque industrial do país. De outro, ele foi um fator importante para alterar, por exemplo, o quadro da economia baiana, cujo eixo dinâmico se deslocou do seu setor agrário-exportador para o setor secundário. Concluir, porém que o Polo vem sendo um importante instrumento na superação dos problemas sociais da região vai uma distância muito grande.

Ao contrário, os dados só indicam que ele foi um fator a contribuir no aumento da miséria na Região Metropolitana de Salvador, cujo quadro é grave. Em menos de 10 anos, a população de Salvador se expandiu em 50%, graças, entre outras coisas, à atração que o Polo de Camaçari exerceu sobre a população rural. O novo contingente populacional não encontra mercado de trabalho. Assim é que, das 355 mil pessoas economicamente ativas da Região Metropolitana de Salvador, 198 mil são biscateiras, fazendo parte do "mercado informal de trabalho". A este dado, juntem-se os seguintes: 45 da população tem renda inferior a dois salários mínimos e 600 mil pessoas em Salvador moram em casa de taipa, tendo que invadir terrenos públicos e privados para resolver o seu problema de moradia. Acrescente-se que 70% da população sofre de deficiência calórica e 30% de insuficiência protéica.

A integração do Pólo Petroquímico de Camaçari como centros dinâmicos da economia brasileira ao tempo que põe uma pá de cal nas ilusões de um desenvolvimento regional autosustentável, revela, com particular intensidade que desenvolvimento econômico e industrial não é sinônimo de bem estar social. Ao contrário, a acumulação de riqueza de um lado pode provocar a acumulação de miséria no outro. Neste quadro, não se trata de romanticamente, exigir a adoção de um outro modelo mais harmonioso que passe a utilizar uma tecnologia menos poupadora de mão de obra, pois isto vai contra a lógica do capital. Mas sim de tomar consciência das contradições geradas a partir da integração da indústria nordestina com o capitalismo brasileiro, com vistas à sua superação num patamar superior. (Tibério Canuto)



Trabalhador paga pelo que não recebe

A defasagem encontrada em 73 não é apenas uma "distorção, um erro involuntário", mas um fator permanente de subestimação dos salários.

A manipulação dos índices salariais foi mais uma vez confirmada, agora pelo próprio órgão encarregado de fazer os cálculos, que é a Fundação Getúlio Vargas, do Rio. Mas o que foi admitido na CPI da Câmara é apenas uma parte da verdade: os índices continuam sendo calculados por baixo, em prejuízo dos trabalhadores,

porque os preços que são utilizados para se calcular o custo de vida se referem a produtos tabelados, inferiores portanto ao seu preço real nas quitandas, armazéns, feiras e mercearias.

Jogar a culpa no Delfim Neto, que fez a manobra da forma mais grosseira — e deixou rabo — não resolve o problema. Pode resolver para o governo, que assim transfere para o ex-ministro, hoje ardoroso defensor das crianças, toda a responsabilidade na questão. Mas os métodos continuam os mesmos, porque a política de arrocho salarial é parte integrante da política econômica dos grupos dominantes e do regime.

Dai as tentativas de minimizar o problema como fez o ministro Simonsen, da Fazenda, ao afirmar que "está fora de moda e tem apenas valor histórico" o acirramento das discussões sobre os índices do custo de vida de 1973/74. Delfim também, apesar de todas as evidências, tentou tirar o seu fora afirmando que "o que houve em 1974 foi apenas um exercício para se saber o que poderia ter acontecido se os preços estivessem liberados." Na realidade estavam liberados porque o preço de um quilo de carne em qualquer lugar custava o dobro do que

constava da tabela oficial. A tabela era, e continua sendo em muitos casos, apenas para constar: os pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas não precisam nem ir à rua para saber quanto custa o quilo do arroz e do feijão, pois já está tudo anotado na tabela.

Salários em baixa

Em 1973, segundo admitiu o diretor da Fundação Getúlio Vargas, Julian Chacel, houve uma diferença de 24,8% entre o custo de vida real, calculado posteriormente, e o que foi encontrado por recomendação de Delfim Neto, que não queria uma taxa de inflação superior a 13% durante o ano.

O sistema de listas de preços, no entanto, não foi alterado. Hoje, por exemplo, o preço da carne é um nos supermercados — onde o produto não é encontrado ou precisa-se entrar em filas para comprar — e outro nos açougues, muito mais alto. Da mesma forma, produtos como o feijão, o leite em pó, o macarrão, o sabão, o sal e outros têm um preço nos supermercados, que têm um acordo com o governo recebendo em troca inúmeras vantagens, e outro bem diferente nos demais locais de compra. Mas o que vale para o cálculo dos índices do custo de vida é o da tabela. Portanto, a defasagem encontrada em 73 não é apenas uma "distorção, um erro involuntário", mas um fator permanente de subestimação dos salários. Para os trabalhadores, como afirmou a EM TEMPO o líder dos petroquímicos de Duque de Caxias,

João Carlos Araújo, o governo ficou nu na situação, porque sempre justificou sua presença na fixação dos salários como uma forma de proteger os sindicatos mais fracos.

"Como é que ele protege, se está roubando dos trabalhadores, impondo reajustes inferiores aos do aumento do custo de vida?" Enquanto isto, as formas de manipulação se diversificam: os próprios trabalhadores exigiram explicação há alguns dias quando foi anunciado pelo ministro do Planejamento que o coeficiente de produtividade — um dos elementos da fórmula de cálculo dos salários — havia sido reduzida de 4 para 3 por cento, e logo em seguida o índice oficial de reajuste dos salários passava para 41% no mês de agosto, quando foi de 39% em julho. Os trabalhadores viram na elevação do índice uma demonstração do crescimento do poder de barganha e mobilização dos sindicatos, lembrando que é exatamente a partir de agosto, setembro que entram em dissídio as categorias mais fortes e organizadas, como os metalúrgicos, bancários, portais da área de petróleo e outros. Mas a questão da produtividade também tem outra explicação: esta parcela as empresas absorvem e não podem passar para os preços finais dos seus produtos quando levam seus pedidos de aumento ao Conselho Interministerial de Preços (CIP). Agora, elas vão absorver apenas 3% e o resto será repassado para os preços dos seus produtos e quem vai pagar são os mesmos trabalhadores.

(Álvaro Caldas)



Carestia: o movimento prossegue.

Depois de conseguir 1.245.000 adesões ao abaixo-assinado que exige das autoridades o congelamento de preços dos gêneros de primeira necessidade, aumento salarial acima dos índices de crescimento do custo de vida e um abono salarial imediato e sem desconto na base de 20% para toda a classe trabalhadora, o Movimento do Custo de Vida continua. Mesmo com a repressão violenta desencadeada no final do ato realizado com a presença de mais de dez mil pessoas na Praça da Sé em São Paulo, no último domingo. Como nenhum dos representantes do governo convidado para comparecer ao ato deu o ar da graça, as numerosas listas do abaixo-assinado serão levadas a Brasília. Abre-se uma nova etapa no trabalho. A Coordenação do MCV convocou a imprensa na última quinta-feira, fez uma avaliação da manifestação, da ação policial e apontou quais serão agora os rumos do movimento. Eis um resumo dos depoimentos de vários membros da coordenação:

Qualquer atitude da repressão é sempre negativa porque intimidada. O povo não está habituado a esse aparato policial. A imprensa, por exemplo, enfatizou o que aconteceu após o ato e não o ato. Na periferia o pessoal queria saber se a gente apanhou ou não. Se o governo tivesse dado liberdade, não teria acontecido nada. Quando chegamos lá havia policiais, cachorros, tropa de choque, os presentes não podiam deixar de se sentirem agredidos. Até dentro da Igreja entraram! O povo estava lá, sem armas, cantando. Já crescemos com medo da polícia. As pessoas foram chegando foram vendo todo aquele aparato, mas foram vendo também que a coisa não é tão feia assim. A polícia estava lá, paga, obrigada. Nós não, nós fomos levados pela vontade de lutar. Nossos governantes deviam ter vergonha. A cidade que mais

crece, a cidade mais rica do país e talvez da América Latina, com tanta gente miserável. A imprensa tinha que mostrar isso. Aquilo tudo na Sé criou uma maior combatividade no povo.

As milhares de pessoas que foram lá agora sabem do que somos capazes de enfrentar.

A organização nacional do movimento será feita aos poucos e à medida que os trabalhos forem surgindo em outros lugares. Daí começaremos a entrar o trabalho a nível nacional. Poderá crescer rápido porque o movimento é aceito em qualquer lugar. As reivindicações são as mesmas.

O movimento não deve radicalizar ainda. Tem que crescer primeiro, organizar-se mais, inclusive nacionalmente. Encerramos apenas a primeira etapa com a coleta de assinaturas em São Paulo. Continuaremos com o abaixo-assinado onde ainda não teve, no interior e em outros Estados. O governo terá, então, que pensar melhor em nossas reivindicações.

MCV evoluiu a nível de organização. Na Zona Leste éramos seis setores totalmente desligados. Hoje estamos estruturados no movimento discutindo constantemente. Hoje, todo o mundo começou a estu-

dar, a querer entender as verdadeiras causas dos problemas e das nossas reivindicações. Esse é um crescimento político.

O abaixo-assinado não é a solução. Foi o primeiro passo no sentido de resolver os problemas que enfrentamos, o instrumento que permitiu nossa organização. Um milhão foi uma das metas do atual momento. Só quem está nos bairros participando é capaz de compreender que ultrapassar um milhão de assinaturas representa uma vitória. Por exemplo, o setor da Freguesia do Ó tinha antes quatro ou cinco bairros discutindo. Após todas as mobilizações, os mutirões, incorporamos mais gente. Hoje temos 22 bairros organizados. Sem organização não conseguiríamos um milhão de assinaturas.

Na atual conjuntura, o fato de existir um movimento com ampla participação popular, o povo discutindo a inflação, é um avanço político. Sabemos que as causas são políticas também. Apenas os economistas do governo acham que as causas são somente econômicas. Realizamos um dia de estudo com todos os setores para discutir as causas e soluções do problema do custo de vida. Por que a situação é essa? Porque não é o povo que está

dirigindo, nós sabemos. Isto para nós é uma questão política.

O Movimento apóia e incentiva as reivindicações salariais. Quem mora na periferia? São os trabalhadores, os operários. O nosso trabalho é um trabalho de consciência. Reforça o trabalhador que vai atuar na fábrica, no sindicato. Mas o MCV é específico, ele apenas complementa a luta do trabalhador.

O Movimento acha que tem que ir por etapas, dando passos. Não adianta somente falar com o povo; é preciso o povo sentir isso. Se o movimento radicalizar, ele se fecha. Nossa força é nossa organização e ampliação. Consideramos positivo o saldo do movimento, até agora: o número de assinaturas superou o esperado, o que é sinal de aumento de nossa organização, de que o movimento está correto, está ampliando, defendendo o que o povo realmente sente. O pessoal que foi no dia 27 à Catedral da Sé não se deixou envolver pela intimidação. A assembleia mostrou que o direito de participação se consegue fazendo.

O MCV é um movimento aberto. Prá participar dele tem que ter trabalho e representatividade. Isso não depende da coordenação. Quem quiser participar é só chegar. Muitos elementos da oposição sindical participam, embora a oposição como tal não. Mas no conjunto da oposição há divergência. A questão atual é mais da oposição, do sindicato, não participam porque não querem. E preciso de fato discutir na base da oposição se deve ou não participar, o que não foi feito até hoje.

Após a entrega do abaixo-assinado, daremos um prazo de aproximadamente um mês às autoridades, para que respondam, após o que faremos uma manifestação de júbilo ou de protesto, conforme a resposta. A forma como nos manifestaremos depende das discussões nos setores, e das condições políticas em geral, daqui a um mês.

O ato, antes da pancadaria.

Com as cenas das violências policiais ao fim da manifestação, o desenrolar dentro da igreja ficou ofuscado. Aqui, um breve relato, ao som da marchinha "como pode um povo vivo viver nesta carestia".



Desde cedo no domingo centenas de moradores dos distantes bairros periféricos de São Paulo começaram a deslocar-se para o centro. Haviam sido informados de que os ônibus não fariam o percurso até a Igreja da Sé. Buscavam furar então mais essa tentativa do governo de impedir que a Assembleia do Movimento do Custo de Vida se realizasse. Lentamente foram chegando. Também os estudantes e demais setores oposicionistas convidados. Alguns políticos, alguns artistas, muitos fotógrafos e jornalistas. E a polícia. Esta sim chegou com tudo: tropa de choque, cavalaria, camburões, cachorros. Como disse um dos presentes que se encontrava na escadaria, provavelmente influenciado pelos filmes de TV: "isto mais parece a guerra do Vietnã."

A abertura: todo mundo cantando o Hino do Movimento do Custo de Vida: "Como pode um povo vivo viver nesta carestia." A catedral está completamente lotada, apesar da polícia na porta que ostensivamente intimida quem pretende passar. Mais de sete mil pessoas comprimem-se em seu interior. Inúmeros cartazes são erguidos: "País tão rico, povo tão pobre", "Brasil prá frente, operário prá trás, que país é este?", "Apoiamos todas as reivindicações dos trabalhadores", "Ninguém mais fica calado vivendo tão explorado".

A presidente da mesa anuncia que trata-se do encerramento da primeira fase - entrega dos abaixo-assinados às autoridades - e que "o movimento não é mais dona de casa, operário, mas todo o povo unido. A união está sendo construída por todos juntos, e hoje ela está aqui quando enfrentamos a dificuldade de usar a praça, a praça que do povo!" A resposta, é uma só: "A Praça é do Povo!", repetem todos várias vezes.

Sucedem-se oradores. A representante das donas de casa traça a história do movimento, afirmando "enquanto existir carestia, nós donas de casa e todos aqueles que acharem justo este movimento, continuaremos lutando e temos a grande certeza de que o povo unido conseguirá esta e outras vitórias".

Segue um representante operário: "Que fique na cabeça de todos os significados deste dia. Devemos continuar a primeira etapa dentro das fábricas, na campanha salarial que se aproxima, pra que não seja um reajuste de esmola e de fome." Os presentes aplaudem demoradamente.

E agora o trabalhador da roça: "exigimos que a terra seja dada nas mãos dos que trabalham ou os que queiram trabalhar e, junto, todo o material necessário para produzir". Fala também um representante dos funcionários públicos, assinalando o caráter arbitrário da proibição de usar a Praça da Sé: "Hoje torna-se mais evidente do que nunca que os senhores da ordem têm medo do povo, têm medo da história, pois exercem seu poder contrariamente à vontade popular". É aplaudido de-

moradamente por todos os presentes. Mais adiante refere-se à política salarial: "Transformaram o cálculo salarial em fórmulas que o Sr. Simonsen defende que nós trabalhadores fomos beneficiados. Fomos? Em coro a platéia grita: "Não!". Um representante da União Estadual dos Estudantes reafirma seu apoio às reivindicações do movimento.

A polícia já colocara um cordão de isolamento em frente às escadarias, restringindo ainda mais o espaço onde os manifestantes podiam permanecer. Ao redor da igreja cresce o número de pessoas que não se encorajam em aproximar. Um representante dos artistas e jornalistas frisou que é chegada o tempo de falar, de denunciar a repressão, solidarizar-se com o MCV. Pela Igreja, D. Mauro Morelli toma a palavra pedindo calma e afirmando que "podemos hoje sair com calma, as forças da segurança estão lá fora pra proteger o povo, tenho certeza...". ironiza e todo o plenário cai na risada.

A direção do movimento anuncia a segunda fase da assembleia que se constitui no recolhimento e entrega do abaixo-assinado às autoridades: "Nossa proposta é fazer a entrega dos abaixo-assinados aos membros da Comissão de Justiça e Paz para que se responsabilize em entregá-los em Brasília", já que nenhuma autoridade se fez representar. Total de assinaturas: 1.245.000. Todos os presentes aplaudem demoradamente, sob um grito comum "abaixo a carestia!".

Encerramento. Pelo movimento fala Aurélio Perez: "O MCV é de luta contra a fome, a miséria, a carestia; para isto suas exigências são fundamentais... Quase 1.300.000 se colocaram... O povo pode ficar marginalizado durante certo tempo, mas quando atinge sua sobrevivência não pode calar...".

A mesa diretora retoma: vamos finalizar, "com o apoio da UEE anunciamos: não vamos fazer passeatas. Todas as pessoas que têm faixas e cartazes devem deixá-los na Igreja. A praça tem que ser conquistada por nós todos juntos e não com faixas e cartazes". Pode sair pelas laterais. Não vamos fazer passeata, vamos garantir a continuidade do movimento".

O povo começa a sair lentamente pelas laterais ao som de "como pode um povo vivo viver nesta carestia...". Na escadaria principal permanece o cerco policial, agora mais próximo... De um lado a tropa de choque e do outro estudantes e populares que pretendem sair pela praça. O povo da praça assiste. Um quadro irônico: o povo, sem querer naturalmente, cercou os policiais... Ao se aperceberem da situação os policiais se mexem e os manifestantes tentam chegar à praça onde já se encontra um grande número de pessoas. Os policiais lançam suas bombas. Correria na praça. Pancada sobre os participantes.

(S Z/A S)

CONVERGÊNCIA SOCIALISTA

O bode expiatório da reordenação partidária

O governo quer eliminar do cenário político um movimento que chama à unidade trabalhadores e socialistas pela formação de um partido socialista legal, democrático e de massas. E assim que Júlio Tavares, coordenador nacional da Convergência Socialista, interpreta as 24 prisões ocorridas entre membros do movimento, que há oito meses vinha se organizando publicamente em vários estados. A Convergência realizou recentemente uma convenção nacional e mostrou um crescimento numérico e social, mas apresenta insuficiências na formulação de uma proposta para articulação de um movimento socialista nesta conjuntura.

Nos dias 19 e 20 últimos, em São Paulo no ginásio do Cambuci, a Convergência Socialista realizou sua primeira convenção nacional, prosseguindo no seu objetivo de construção de um Partido Socialista.

Pouco depois, no dia 23 de agosto, enquanto em Brasília o MDB homologava a candidatura de Euler Bentes à presidência, os órgãos de repressão prendiam 22 pessoas em São Paulo e duas no Rio. Em nota oficial o DEOPS paulista apontava-as como membros da Convergência, e acusava-as de pertencerem à Liga Operária, "organização subversiva filiada à Tendência Bolchevique do Secretariado Unificado da Quarta Internacional".

Seguiu-se uma onda de protestos em vários pontos do país e mesmo do exterior, contra as prisões arbitrárias, cujo resultado até o meio da semana era já a libertação de presos. Em nota oficial da Convergência, Júlio Tavares, Coordenador Nacional do movimento, denuncia o governo de querer "eliminar do cenário político um movimento chamado a unidade de todos os socialistas e trabalhadores pela formação de um Partido Socialista legal, democrático e de massas", reprimindo assim o processo de reordenação partidária anunciado oficialmente.

Este, o sentido geral das prisões: enquanto vários setores da burguesia, como Magalhães, Teófilo Villela, Paulo Egdio e muitos outros articulam abertamente seus futuros partidos, o governo reprime as tentativas de caráter mais popular. Assim, tenta trancar a força os limites que tolerará na reordenação, e para isto faz da Con-

vergência o bode expiatório de seus propósitos.

Na sua trajetória ao longo de oito meses de existência, escancarada e pública, é inegável que a Convergência cresceu numérica e socialmente. Desde o ato de lançamento da proposta, em janeiro deste ano na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, reunindo 250 pessoas, principalmente estudantes cariocas e paulistas, muita experiência se acumulou. A convenção nacional dos dias 19 e 20 reuniu cerca de mil pessoas numa composição social bastante variada incluindo operários, sindicalistas, camponeses, candidatas populares do MDB, profissionais liberais e estudantes. Estiveram presentes delegações de oito estados: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio, Minas, Distrito Federal, Pernambuco e Paraíba. E se a representatividade e implantação regional de várias destas delegações é pouco expressiva, isto contudo não chega a abalar o otimismo de Tavares para quem a convenção "foi um sucesso, e só não estiveram presentes outras 11 delegações, inclusive a da Roraima, devido a problemas de comunicação e falta de recursos". E arrematando: "hoje somos 3.000".

Deixando de lado a ordem de grandeza da Convergência, os debates avançaram. Ao invés da imprópria polêmica travada no ato de lançamento de janeiro, sobre por exemplo, se a burguesia nacional e os militares progressistas poderiam integrar a Convergência, agora a convenção aprovou um ante-projeto de programa, uma orientação estatutária e várias outras moções. E se o movimento ainda não reúne "grandes personalidades nem grandes teorias, é porque os trabalhadores não teriam ainda condições para ter estas teorias nem estas figuras brilhantes", segundo Tavares. E são igualmente estas condições adversas que o Coordenador Nacional vê como explicação para a predominância de militares oriundos da pequena burguesia na direção da Convergência: larga maioria na Coordenação e totalidade na Comissão Executiva de cinco membros.

1º de Maio e trabalhadores

A trajetória da Convergência nestes meses foi sinuosa. Num primeiro momento, pensou-se que a proposta teria acolhida principalmente entre as tendências oposicionistas de esquerda, o que se concretizado, viria resultar numa espécie de frente. No entanto, já pouco depois do lançamento, a realidade se mostrava diferente. A atitude da esquerda variou do boicote à indiferença, passando pelo deboche. A possibilidade de aliança imediata com o núcleo paulista de Almino Afonso, Fernando Henrique e outros, desfez-se logo, pois para Tavares, "nossa luta era muito mais aberta, levando uma proposta de massa".

No plano estudantil, a chapa Novo Rumo, que apoiava a Convergência, não conseguiu senão o quinto lugar nas eleições para o DCE da USP, e um único representante no "Frentão" de tendências que ganhou a UEE de São Paulo.

Mas por outro lado, enquanto se realizavam a primeira reunião regional do Rio em fevereiro e a segunda nacional em março em São Paulo, "começaram a chegar espontaneamente várias adesões populares, em presença ou por carta, dentre elas, muitos militantes do antigo Partido Socialista Brasileiro. Isto é prova de que a idéia do socialismo penetra nos trabalhadores, enquanto que são as divisões do socialismo que dividem a pequena burguesia", diz Tavares.

Mas vai ser sobretudo a partir da comemoração do 1º de Maio, realizado em Santo André pelo Sindicato de Metalúrgicos local, que a Convergência começa a penetrar entre os trabalhadores. A Convergência participou da comemoração com todo fôlego, e pouco depois, quando estouravam as greves do ABC, conseguiu algum saldo organizativo entre os operários. Simultaneamente, segundo Tavares, não cessavam de chegar cartas de adesão de vários pontos do país.

Como saldo disto tudo, é que Tavares, entre vivas ao socialismo e punhos cerrados pronunciou na convenção: "Esta é uma resposta concreta aos que dizem que a Convergência está isolada. É possível construir um partido dos trabalhadores. Só os que esperam que a burguesia dê o sinal verde, é que não acreditam. No ABC os operários mostram que se pode fazer greve. E nós mostramos também que é possível construir um partido dos trabalhadores." E ainda neste mesmo clima, a Convergência inaugurou sua sede no Parque D. Pedro em São Paulo: todo um terceiro andar de um velho prédio, com várias salas e sacadas dando de frente para uma praça que, segundo seus novos inquilinos "abriga 1 milhão de pessoas na hora do rush".

Um saldo, mais realista, entretanto, marcaria algumas diferenças. Em primeiro lugar, nas condições de repressão atuais, para ficar apenas nestas, quer construir "o partido dos trabajado-



Arena futebol clube

E a Federação Baiana de Futebol transforma-se num trampolim político, apresentando os candidatos Raimundo Viana e Paulo Maracajá.

Há vários anos que o futebol brasileiro passou a ser uma espécie de trampolim político para muitos dirigentes que se aproveitam dos clubes ou federações para se autopromover e com isso conseguir alguns votinhos do torcedor nas eleições.

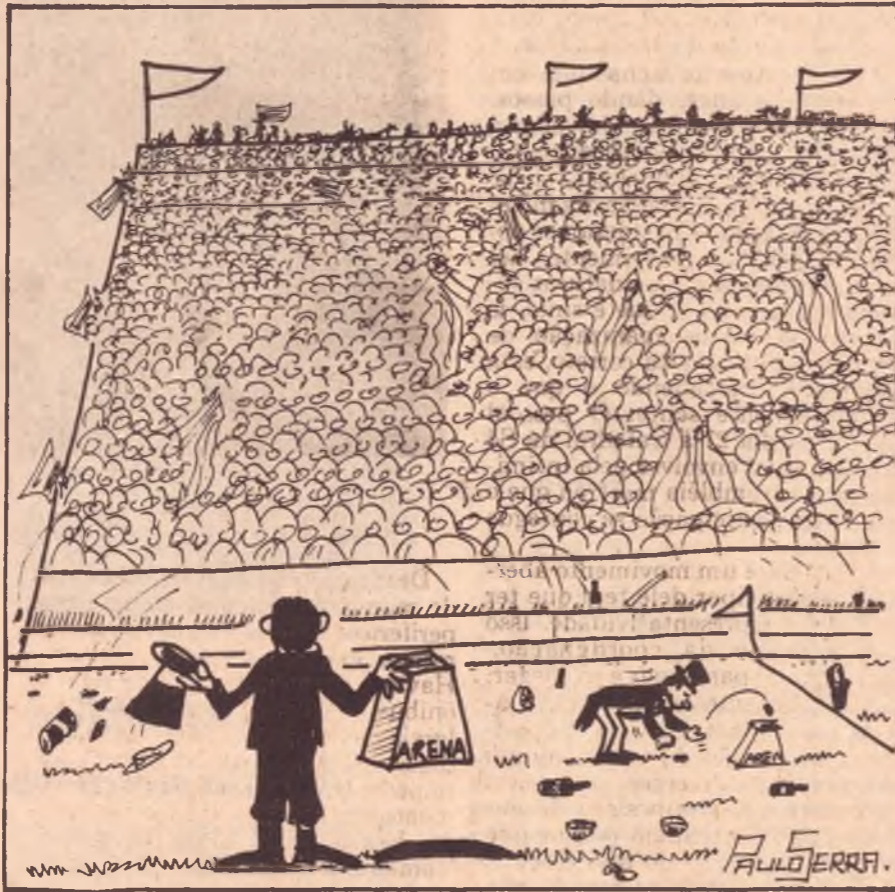
Na Bahia, esta tática não aparece pela primeira vez agora e no dia 15 de novembro haverá uma disputa muito grande entre Raimundo Viana, presidente da Federação Baiana de Futebol e Paulo Maracajá, diretor de esportes, do Bahia, clube de maior torcida no Estado.

Raimundo Viana disputará uma vaga na Câmara Federal pela Arena e Paulo Maracajá, que já é vereador, uma cadeira na Assembléia Legislativa, também pelo partido do governo. Os dois procuram de todas as maneiras um meio para sempre serem entrevistados pela crônica esportiva de Salvador, porque assim estão em contato com o público e conseguem, de uma maneira ou de outra, mostrar serviços e enganar o torcedor.

As jogadas

Em 76 a torcida do Bahia elegeu Paulo Maracajá vereador da cidade, e agora ele exige que o mesmo aconteça nas eleições para deputado. Sua maior arma eleitoral é o time do Bahia. A boa campanha do time no último Campeonato Brasileiro foi usada bastante pelo candidato, tanto que o Bahia, ao ser desclassificado pelo Palmeiras, deixou o seu dirigente preocupado, porque o seu entender se a equipe fosse a uma final, a eleição seria mais tranquila, porque acha que o torcedor tricolor não deixaria de votar em sua chapa.

Recentemente, Paulo Maracajá levou o time do Bahia para jogar em Itapua, um campo de várzea, há pouco reformado pela prefeitura. Apesar do técnico Zézé Moreira ter vetado o local, o dirigente insistiu na jogada com o prefeito Fernando Wilson Magalhães, também candidato a deputado federal pela Arena, tendo Maracajá feito a partida a fim de conseguir votos da população do bairro, através do Bahia, que disputou na Copa Brasil, atuando



contra um selecionado amador que disputa um campeonato de praia.

Uma outra tática, completamente diferente é usada por Raimundo Viana, presidente da Federação Baiana de Futebol. A fim de conseguir votos no interior do Estado, ele promoveu torneio inter-clubes, reunindo clubes de todas as cidades interioranas cuja arrecadação não cobre nem um décimo das despesas. O dinheiro sai mesmo dos cofres da Federação Baiana de Futebol FBF, e de maneira indireta do bolso do torcedor.

Quando qualquer repórter pergunta por que tantos gastos com esse torneio, a resposta é curta e precisa:

— Estou procurando revelar jogadores para o futebol baiano. Só promovendo esses torneios no interior é que eles vão aparecer.

Raimundo Viana gastará com a realização do torneio inter-clubes, mais de 300 mil cruzeiros, entre arbitragem, doação de camisas, bolas

e até reformas em campos de cidades participantes.

Há ainda, contra Raimundo Viana, uma queixa geral dos clubes que reclamam da distribuição de convites gratuitos para os jogos no Estádio Fonte Nova. Esta tática foi bastante usada durante o Campeonato Brasileiro, tanto em Salvador como no estádio Luiz Viana Filho, em Itabuna, e deverá se repetir durante o campeonato baiano até as eleições. O pior é que Raimundo Viana continua dando entrevistas sem ser molestado, até mesmo pelos rigores da Lei Falcão, que parece não ter validade para os candidatos arenistas. Ele faz sua campanha política no rádio e não se afastará do cargo de presidente da FBF para concorrer às eleições.

Desta forma a FBF se transformou em um cabide político, que já elegeu deputado federal, o seu diretor administrativo Hamilton Viana, que é primo de Raimundo.

(Antonio Luiz Diniz)

Cooperativa e Pindaíba

— Como passar para um meio de reprodução mais adequado a uma época onde a obra artística tem uma reprodução massiva e o status de mercadoria?

Como editar livros de poesia e sobreviver à falência econômica, sem ter lugar nas bienais e feiras de livros, o lastro propagandístico da indústria cultural, e uma fraca distribuição em livrarias? Esta questão, parece estar sendo vencida por duas pequenas associações de escritores: A Edições Pindaíba e a Cooperativa de Escritores. Ambas com uma vigorosa atividade não-empresarial que atinge principalmente as regiões Sul e Sudeste do país.

Para se ter uma idéia do vigor destas atividades, juntas estas associações já editaram oito livros, isto é, quase 15.000 exemplares, envolvendo mais de 40 escritores editados e dezenas de lançamentos em escolas, praças, campos de futebol e outros locais. A Pindaíba foi fundada em 1977 pelos poetas Aristides Klafke e Arnaldo Xavier, ambos com dificuldades para veicular suas poesias dentro do país, "vítimas pelo medo emanado por este gênero maldito economicamente que é a poesia", mas com razoável publicação em revistas francesas e latino-americanas.

Esta inviabilidade econômica, levantada pelos editores empresários, ironicamente é contestada pela primeira publicação da Pindaíba, o livro NÓ CEGO, que esgota suas duas edições. A Cooperativa de Escritores iniciou-se, em 1976, com o livro 4 POETAS (Domingos Pellegrini JR., Raimundo Caruso, Reinoldo Atem, Hamilton Faria). Estes poetas sofriram e enfrentavam "a maldição da poesia", a recusa constante de editores que simplesmente diziam "poesia não vende". Algumas questões se colocavam a estes poetas compartimentalizados dentro da camisa de força do que se chamou GERAÇÃO DO MIMÉOGRAFO.

Isto é, centenas de poetas, nem sempre jovens, que sem meios de veicular seus trabalhos, duplicavam os seus poemas em mimeógrafos fazendo uma espécie de cordel da grande cidade, de péssima qualidade gráfica. A principal questão que se colocava, podia ser enunciada assim: como passar para um meio de reprodução mais adequado a uma época onde a obra artística tem uma reprodução massiva e o status de mercadoria? Em outras palavras, era preciso vencer o anacronismo a defasagem da realidade.

Ou seja, estar na região mais industrial do país divulgando poesia



da mesma forma que um poeta medieval, de boca em boca, ou de forma artesanal através de folhetos mimeografados, feitos com muita boa vontade, mas sem alcançar a embalagem de produto, sem valor de troca, que as pessoas adquiriram mais por amizade, solidariedade, mais numa atitude moral do que por qualquer outra coisa. Era preciso chegar a um veículo mais industrial, bem elaborado, cuidado na impressão, na revisão, diagramação, etc. Que proporcionasse condições para que a poesia pudesse se incorporar de outras linguagens, que não escrita, tal como a visual. Para isto era necessário vencer a visão de que o importante é o conteúdo, a selva divisão maniqueísta de forma e conteúdo, que tanto marcou a poesia brasileira de 50 para cá. (Numa visão estereotipada, mas corrente: Pignatari defendendo a forma, Gullar o conteúdo, Deus e o Diabo).

Surgia a necessidade do livro não só como conteúdo, mas como um todo, capa, paginação, cor, tipo, literatura. E para isto era necessário dinheiro. Tanto a Pindaíba quanto a Cooperativa fizeram sua acumulação primitiva através da doação de amigos e dos próprios poetas.

Novos projetos

Editados tanto NÓ CEGO quanto 4 POETAS começa uma série de lançamentos nos quais os livros são vendidos e faz-se a divulgação dos trabalhos poéticos, transformando-se os lançamentos em recitais, num

acontecimento cultural. Com o dinheiro da venda destes livros vão sendo executados novos projetos. É o caso de VENTO NOVO (Cooperativa), CARA A CARA (Pindaíba).

Este processo desemboca num projeto de editoração conjunta Pindaíba-Cooperativa que é o livro AQUI E AGORA (tirado em concurso nacional de contos). Esta editoração conjunta nasce na medida que, apesar de diferentes, ambos os trabalhos mantêm um espírito não-empresarial, onde o escritor tem o controle total do produto, tanto na elaboração, produção como na distribuição. Este controle, por parte do produtor, desencadeia um processo rico porque não se limita a pura editoração, mas cria um intercâmbio entre os escritores antes isolados, "que agora discutem problemas comuns e projetos". Rompe-se assim com o associativismo prático e aleatório, ou o isolamento de escritores que muitas vezes ficam esperando o anjo estatal fazer o milagre das verbas.

E inicia-se um processo mais organizado e independente de trabalho e discussões. Tanto a Pindaíba quanto a Cooperativa já possuem um saldo disto que pode ser definido como um público, conseguido através de recitais-lançamentos, que consome suas produções, e a congregação de dezenas de escritores de diferentes concepções literárias, numa prática nova.

(Paulo Nassar)

Lilian e Júlia

Na batalha diária com a máquina de escrever, Júlia estava sempre um passo a sua frente, decodificando a vida em sociedade, descobrindo o sexo, rebelando-se contra a injustiça.

Dirigido por Fred Zinemann e estrelado por Jane Fonda (Lilian) e Vanessa Redgrave (Júlia), o filme — Júlia — baseia-se em livro de Lilian Héllmann, escritora e roteirista de Hollywood. Fala, sem precisar recorrer à ênfase feminista, de mulheres fortes lutando para construir seus destinos.

Trata-se do relato da amizade entre duas americanas, desde a adolescência. Seus caminhos se separam às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Enquanto Lilian se volta para a dramaturgia teatral, Júlia (pela via intelectual, pois provém de uma família de judeus milionários) opta pelo proletariado e o socialismo. Vai estudar e lutar politicamente na Europa, durante a ascensão do nazi-fascismo.

Longe da amiga, vivendo com Dashiell Hammet (que revolucionou a literatura policial e, como sua mulher, seria perseguido pelo maccartismo), Lilian tenta quase desesperadamente escrever. E encontra no companheiro o mais exigente crítico. Essa "impiedade" é o modo pelo qual o desencantado Hammet força sua mulher a realmente dar o melhor de si. Uma postura que poderia destruí-la, se ela não tivesse talento — mas ele a conhecia, a amava e confiava nela.

Na batalha diária com a máquina de escrever, com a exteriorização das idéias, Lilian tem alguns oásis de certeza: a memória de sua adolescência junto à amiga que agora raramente vê. (Os flash-backs encaixam-se naturalmente; os dois fios narrativos compõem um único e claro discurso.) Júlia estava sem-

pre um passo a sua frente, decodificando a vida em sociedade, descobrindo o sexo, rebelando-se contra a injustiça social. Atravessando perigosas pontes naturais. E Lilian a seguia, apesar das dúvidas e dos medos.

Roteirista e diretor mantêm essa tensão até o fim: a narradora e a plateia estarão a todo momento em vias de compreender o mundo de Júlia, de participar da luta de Júlia. Mas estarão a todo momento, também, sujeitas a surpresas — algumas comoventes, outras revoltantes (como quando um "CCC" vienense invade a universidade). E, findo o filme, Lilian e o espectador estarão devendo um gesto de retribuição e humanidade: encontrar e ajudar a crescer o que restou de Júlia (sua filha, na metáfora cinematográfica).

Dois Universos

A primeira peça de Lilian "aprovada" por Hammet é sucesso e coloca a autora no meio da festa burguesa que antecedeu a guerra. Nesse ambiente frívolo, a vida de Júlia é vista como uma loucura; o engajamento de Ernest Hemingway na Guerra Civil Espanhola, como algo folclórico; a amizade entre as moças, como homossexualismo. A oposição entre os dois universos fica ainda mais forte quando um bilhete de Júlia pede um favor a Lilian — se ela quiser e puder fazê-lo. O emissário insiste que a tarefa não deve ser executada apenas "por medo de se ter medo". Isso propicia o último

contato que as duas mantêm: depois Júlia será uma angústia, uma saudade e um livro de Lilian.

Nessa crise, novamente Dashiell é um esteio para a mulher e novamente suas considerações formam uma síntese crítica (e exata, embora amarga) da realidade.

O crescimento deste personagem, já tão fote, seria uma excrecência nessa narrativa do relacionamento entre duas mulheres muito parecidas e extremamente diferentes. No entanto, o espectador sem informações anteriores pode sair do cinema com muitas interrogações a respeito de Dashiell Hammet. Por que ele era "famoso há muito tempo", como diz uma Lilian deslumbrada com sua própria recém-conquistada fama? Por que ele não escreve mais? Por que bebe muito mais do que sorri? Dúvidas que — como todas, aliás — podem ser frustrantes ou estimulantes.

Em Tempo: Não se pense porém num filme carrancudo, que precise ser cinzento para parecer inteligente. Nada disso. Um humor fino, sutil, convive com a metalinguagem e o drama. A fotografia explora com extremo bom gosto a beleza dos cenários e das atrizes principais. Numa cena em que Lilian, em off, diz que Júlia estava na plenitude da vida, Vanessa Redgrave de fato extravasa feminilidade, força, segurança. Talvez não fosse "feliz", na acepção que Lilian, na época, teria do termo. Mas Júlia há muito tempo não estava preocupada com a felicidade meramente individual. (Jesse Navarro Jr.)

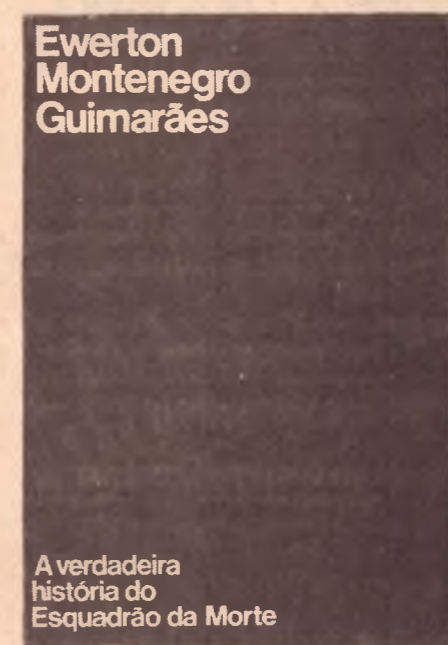
Esquadrão Capixaba

Mais um livro sobre "a participação direta e indireta de órgãos do poder público no assassinato, covarde e cruel, de pessoas detidas arbitrariamente por elementos do aparelho de vigilância e repressão dos Estados de São Paulo e do Espírito Santo"

A história do Esquadrão da Morte do Espírito Santo não é, a rigor uma história diferente da de seus similares do Estado do Rio ou de São Paulo, além de outros que não alcançaram maior projeção. Trata-se mesmo de um caso idêntico, de uma história só, repleta de covas, cadáveres, roubos e crimes capazes de meter horror até mesmo no mais medieval dos seres humanos.

E o ser humano ou — mais exatamente, uma nítida preocupação humanitária — por paradoxal que possa parecer, sobressai como o elemento mais denso desse livro que conta a verdadeira história do Esquadrão da Morte: A Chancela do Crime, editado pela Âmbito Cultural do Rio de Janeiro e lançado recentemente na V Bienal do Livro, em São Paulo. O autor é um enérgico advogado e jornalista capixaba, Ewerton Montenegro Guimarães que se dedicou, nos últimos dez anos, a estudar em profundidade os terríveis homicídios praticados por um grupo de policiais malfetores que agiu no Espírito Santo entre 1968/69. (Alguns participantes desse grupo pertenceram à alta cúpula da Polícia Civil, como o ex-superintendente José Dias Lopes, irmão do então governador Cristiano Dias Lopes, sobre quem recaem fortes suspeições no volumoso processo do Esquadrão de ter coberto e facilitado a ação dessa organização criminosa).

O resultado das investigações empreendidas por Ewerton M. Guimarães, fruto da experiência de



quem à época das primeiras denúncias ao Esquadrão militava na Imprensa de Vitória, tendo, mais tarde, desempenhado o papel de assistente do Ministério Público, como advogado de defesa das famílias das vítimas — vai além do simples relato das atrocidades promovidas por esse bando de homens que, para roubar, extorquir e lucropetar-se não hesitava em eliminar vidas humanas. Mais que isso o autor denuncia do ponto de vista da Sociologia Criminal as agressões que se cometeram contra vidas que, por definição, cabia ao Estado a obrigação de defender, posto que, em sua maioria, as vítimas do Esquadrão capixaba são prisioneiros da Justiça comum.

Por isso mesmo, o jornalista Percival de Souza, em prefácio à primeira edição de A Chancela do Crime observa, entre outras coisas, que o trabalho de Ewerton M. Guimarães não constitui apenas uma paciente reconstituição da trajetória dessa organização do crime. "É, basicamente, um documento-verdade. Autêntico", sustenta.

O jurista Sobral Pinto, em prefácio que o autor pretende incluir numa próxima edição prefere traçar um paralelo entre A Chancela do Crime, de Ewerton M. Guimarães, e Meu Depoimento sobre o Esquadrão da Morte, de Hélio Pereira Bicuado: "Ambos os livros demonstram, de maneira decisiva e eloquente a participação direta e indireta de órgãos do Poder Público no assassinato covarde e cruel, de pessoas detidas arbitrariamente por elementos do aparelho de vigilância dos Estados de São Paulo e do Espírito Santo".

O testemunho dado por esses profissionais de reconhecida capacidade crítica, por si só já constitui prova cabal do significado que têm hoje, para os destinos da sociedade brasileira, as denúncias consistentes sobre todo e qualquer tipo de aniquilamento e maus tratos infligidos ao ser humano. A Chancela do Crime, ao apresentar uma contribuição ao debate sobre os Direitos Humanos insere-se nesse quadro como "um grito de protesto contra a iniquidade do poder de força", como afirmou o autor na noite de lançamento, promovida na V Bienal do Livro.

NICARÁGUA

Banho de sangue ou governo de transição

O poder está em jogo na conjuntura política da Nicarágua. A Frente Sandinista lidera a mobilização armada contra a ditadura de Anastasio Somoza. A Frente Ampla propõe e conduz a greve geral "pacífica". O regime reage massacrando o povo. O banho de sangue já começou. Eis aqui as opções que se colocam na luta de classes na Nicarágua.

Carlos Tibúrcio e Susana Rios

No momento atual das lutas políticas na Nicarágua a questão do poder é central. A própria derrubada da ditadura de Anastasio Somoza está dependendo, agora, de apenas dois fatores: capacidade militar para vencer ou dividir significativamente a Guarda Nacional e acordo político sobre qual o caráter do governo que poderá substituir a dinastia somozista, há 42 anos no poder no maior país da América Central.

A queda imediata da ditadura pressupõe necessariamente a participação da Frente Sandinista de Libertação Nacional num governo de composição com a União Democrática de Libertação (UDEL), fundada por Pedro Joaquín Chamorro, ex-diretor do *La Prensa*, assassinado no centro de Managua no dia 10 de janeiro deste ano. A UDEL, que reúne a burguesia nicaraguense que não está comprometida com o império econômico de Somoza, o Partido Comunista, setores do Partido Conservador (oposição formal), pequenos partidos ilegais, como o Social-Cristão e o Socialista, duas centrais sindicais com significativa representatividade e outras forças menores, está propondo um governo "democrático-burguês" do qual não participem os guerrilheiros sandinistas. As formas de luta propostas pela UDEL têm predominado na Frente Ampla de Oposição, da qual faz parte o chamado "Grupo dos 12" (empresários, intelectuais e sacerdotes que, de alguma forma, estão comprometidos com os sandinistas), ou seja, greve geral pacífica e boicote econômico, que fechem o cerco em torno da ditadura e levem o terceiro Somoza da dinastia à imediata renúncia.

Nova Sociedade

A força armada e o apoio popular da Frente Sandinista, contudo, garantem aos setores que propõem não só o fim da ditadura, mas a construção de uma "nova sociedade" - entenda-se o fim do capitalismo no país e o início de um processo de transição para o socialismo - condições suficientes para que não fiquem de fora de qualquer alternativa imediata de poder. Não é por menos que o Exército Sandinista, como também é conhecido, tomou a ofensiva em liderar e organizar a resistência popular e armada à ditadura, transformando a "greve geral e pacífica" da Frente Ampla de Oposição num processo aberto de insurreição contra o regime, como está ocorrendo em várias cidades do interior, principalmente em Matagalpa, onde a Guarda Nacional já se viu obrigada a bombardear a cidade para tentar destruir os focos de rebelião civil. A própria "greve geral" só foi

convocada após a espetacular vitória do comando "Rigoberto Lopez Perez", que ocupou por dois dias o Palácio Nacional de Managua, obrigando Somoza a libertar presos políticos, pagar cinco milhões de dólares de resgate e permitir que todos partissem livres para o Panamá. Bandeiras sandinistas tremularam nas ruas das cidades em comemoração à vitória e o povo, vencendo os rigores da repressão, ocupou todo o caminho até o aeroporto "Las Mercedes" para saudar os 25 guerrilheiros comandados por Eden Pastora, o já famoso Comandante Zero.

Governo de transição

Um governo de transição, eis o risco de uma queda imediata de Somoza para todos os que estão comprometidos com a defesa do capitalismo na Nicarágua. Não é por menos que o Departamento de Estado vem reiterando que os Estados Unidos - com toda a política do presidente Jimmy Carter em "defesa dos direitos humanos" - não está disposto a intervir na Nicarágua, "comprometendo-se apenas em servir de mediador para um possível acordo entre as partes conflitantes". Também o presidente Carlos Andrés Pérez, novo guardião dos direitos humanos no nosso continente a partir da Venezuela, que tanto já criticou a ditadura somozista, está agora fazendo dramáticos apelos ao povo em armas para que renuncie à violência e busque soluções "pacíficas". Como se a violência empregada pelos sandinistas e pelas milícias que se estão formando, fosse uma escolha arbitrária para quem, há mais de quatro décadas, é tratado a ferro e fogo, com assassinatos diários, torturas das mais brutais de que se tem conhecimento, e vive nas piores condições de miséria, enquanto o clã no poder e a burguesia que sobrevive à sua sombra exorbita no luxo e no esbanjamento.

A alternativa desses defensores dos direitos humanos, do Departamento de Estado e da social-democracia venezuelana, é a mesma pleiteada pela UDEL, isto é, pela liderança burguesa que quer acabar com a "competição desleal" da família Somoza - proprietária das principais fontes de riqueza do país e que usa o Estado para gerir seus negócios como se os "interesses públicos não passassem de meros empreendimentos particulares", como dizem os líderes da União Democrática de Libertação. Para obter a garantia de que a Frente Sandinista fique de fora do novo governo, os Estados Unidos (principalmente) têm que apostar numa outra saída, que não a derrubada imediata do ditador. Essa saída tem

também os seus riscos, mas a sua maior característica é a crueldade assassina.

Massacre do povo

É preciso apostar e até reforçar de imediato o poder de fogo da Guarda Nacional, cuja oficialidade foi sempre treinada por especialistas yanques e atualmente é comandada pelo filho do ditador, o major Anastasio Somoza Portocarrero. É preciso garantir que as Forças Armadas da Nicarágua, na continuidade da rebelião popular, cumpram dois papéis decisivos: de um lado, consigam golpear mortalmente os combatentes sandinistas; de outro, desgastem-se mais ainda nesse processo, facilitando, em nova situação, um acordo plausível com absoluta hegemonia da burguesia. Incapaz de distinguir com precisão os sandinistas no meio do povo, essa saída passa pelo massacre do próprio povo insurreto. E azar da defesa dos direitos humanos, que a situação é greve!

Os riscos dessa empreitada, que já começou, ou seja, o banho de sangue já cobre o país, e a USAID (nossa conhecida) recentemente concedeu 10 milhões de dólares ao governo de Somoza (e à Guarda Nacional, é claro), estão na possibilidade de vitória político-militar da guerrilha, apesar da ajuda norte-americana. Na incerteza do momento, setores das Forças Armadas nicaraguenses já começaram a vacilar e alguns elementos bandearam-se para o lado das forças populares. A própria oposição burguesa, que lidera a "greve pacífica", vê-se na condição de não abandonar o cenário da luta, apesar de ser contra a "radicalização sandinista". E o quadro de alternativas políticas, quando as massas estão nas ruas, o país paralisado, o governo sem suporte político, as barricadas erguidas, os bombeiros dos aviões militares do regime massacrando o povo, é, no mínimo, incontornável e pode contemplar a todos com surpresas inesperadas.

Mesmo a possibilidade de um governo de transição não garante a vitória de

uma perspectiva socialista, no entanto. O problema é que a burguesia e seus aliados nacionais e internacionais não querem nem correr esse risco. A própria composição política da Frente Sandinista - que apesar da unidade tática é uma frente - é um bom exemplo disso.

Quem são os Sandinistas

Os sandinistas são compostos por três tendências. A primeira delas defende a estratégia de "Guerra Popular Prolongada" (GPP) e tem maior proximidade com a chamada "Tendência Proletária". De modo geral, ambas defendem uma tática de "acumulação de forças", embora a GPP seja a favor da "organização da resistência dos setores populares", enquanto a "Tendência Proletária" propõe uma "mobilização das massas, fortalecimento das organizações dos trabalhadores, visando a criação de um partido de caráter leninista". A terceira tendência é conhecida como "Terceirista". Ela é favorável a criar condições para a ocorrência de uma insurreição, dando ênfase especial à luta armada, muitas vezes, seguindo as duas outras tendências, em detrimento da condução política do processo. Contraditoriamente, os "terceiristas" propõem também alianças táticas com setores burgueses, justamente com os representantes políticos que têm mais vigorosamente combatido a luta armada.

Esse quadro já revela como o problema do caráter de um governo de transição (transição para onde?) não está definido claramente nem entre os componentes da Frente Sandinista, principal força da luta radical contra a ditadura dos Somoza. Embora, um acordo já exista que estabeleça a formação de "um governo revolucionário, democrático e popular". Resta ver se a unidade dos sandinistas e o seu potencial de mobilização e luta serão suficientes para derrotar a última base de sustentação da ditadura: os gendarmes da Guarda Nacional.



Cardenal em busca de solidariedade

O padre Ernesto Cardenal, conhecido poeta, militante da FSLN e membro do "Grupo dos 12", iniciou dia 29 de agosto uma viagem pelo continente americano em busca de solidariedade para o povo da Nicarágua.

Cardenal tem uma intensa participação política. Ele defende a compatibilidade do marxismo e o cristianismo, continuando o caminho do padre guerrilheiro colombiano Camilo Torres. Lembrando-se do arquipélago de Solentname, onde morava em comunidade com os camponeses antes de ser expulso de seu país, ele comenta que a sua experiência da revolução cubana radicalizou a visão que eles tinham da realidade nicaraguense: "Nos convenemos de que o socialismo é a única via para América Latina".

Numa entrevista coletiva em Caracas, concedida na semana passada, Cardenal declarou que não procura o apoio de governo mas do povo venezuelano e que a Frente Sandinista deseja a instauração de um governo onde realmente estejam representados os interesses do povo da Nicarágua.

Este poema, recolhido por Ernesto Cardenal, foi escrito por Leonel Rugama, combatente da FSLN, recentemente morto, aos 20 anos de idade, em Managua.

"As casas ficaram cheias de fumaça e depois de duas horas Gente sem megafone gritava que se rendessem NUNCA NINGUÉM RESPONDEU Porque os heróis nunca disseram que morriam pela pátria, mas morreram."

"Oye señor mi causa justa, tú que eres el defensor de los deportados y de los condenados en los consejos de guerra y de los presos en los campos de concentración. Libérame del dictador". Ernesto Cardenal



VIRAMUNDO

Irã Pelo fim do aparelho repressivo



Estudantes iranianos protestam contra o xá.

"Que o Savak seja imediatamente destruído!" Com essa palavra de ordem, a Frente Nacional de Oposição ao regime do xá Mohammad Reza Pahlavi exigiu esta semana a destruição de um dos mais violentos aparelhos repressivos de que se tem notícia. Não basta a meio-liberalização, a que se está propondo o xá, que recentemente fez concessões aos chitas (maioria religiosa do Irã) e, no mês passado, concedeu uma anistia parcial que beneficiou 711 presos, entre os quais 62 políticos.

A famigerada Savak foi toda treinada e equipada pela CIA norte-americana e é responsável pela morte e tortura de milhares de iranianos. Pôr no ordem do dia a destruição desse aparelho repressivo é considerado fundamental pelos opositores políticos do país. Os Estados Unidos, devido à importância estratégica do Irã, que defende os rotas vitais de navegação que saem do Golfo Pérsico, por onde é transportado mais da metade do petróleo consumido nos países do ocidente, fez letra morta de sua política de "defesa dos direitos humanos" e continua ajudando o regime carrupto e repressivo do xá.

No fim do semana passada, mais dois opositores foram mortos em combates da rua em Teerã, onde, até o momento, permanecia inexplicado a atetado contra um cinema, que, incendiado, provocou a morte de mais de quatro centenas de pessoas. Nos últimos protestos, o Savak prendeu mais de 200 manifestantes. No entanto, a cada passo, multiplicam-se as forças dos que combatem o regime, com o surgimento de novos opositores.

República Dominicana

Anistia geral aos presos políticos

Os presos políticos dominicanos foram anistiados. Primeiro, por determinação do novo presidente (social democrata) Antonio Guzmán, foi libertado o mais famoso preso político do país, Ignacio Palanca, que, se dependesse da vontade expressa do ex-chefe de Estado, Joaquín Balaguer, "teria aparecido na cadeia". Depois, foi a aprovação pelo Senado e, no semana passada, pela câmara, de um projeto que liberta imediatamente os 185 prisioneiros políticos, suspende os processos contra todos os acusados de "subversão", dá garantias para a volta de todos os exilados e banidos e, por fim, acaba com as restrições legais que restavam contra as atividades dos comunistas.

Palanca foi preso durante o primeiro mandato de Balaguer, acusado de "traição à pátria

por ter fornecido informações a Cuba" e condenado a 20 anos de prisão. Foi torturado por um agente do serviço secreto norte-americano sequestrado por organizações de esquerda e saiu em liberdade para Havana, de onde, pouco tempo depois, foi para o Panamá. Na capital panamenha voltou a ser preso e extraditado para São Domingos.

Desde a intervenção norte-americana na República Dominicana em 1965 (liderando a chamada Força Interamericana de Paz, da qual participaram contingentes militares brasileiros) que o regime dominicano vinha exercendo intensa repressão política. Com a vitória da oposição liberal, este ano, o barro pelo menos melhorou. (Claudia One)

Namíbia

Independência "lenta, gradual e segura".



Parece que desta vez a proposta de Kurt Waldheim, secretário Geral das Nações Unidas, levará a Namíbia à independência ainda este ano.

O seu plano de ação inclui a realização de eleições livres, o envio de uma força internacional militar e outras funcionalidades civis para o país. Isto visa a criação de condições para a abolição do plano apresentado pelos Estados Unidos, Alemanha, França, Canadá e Inglaterra e fundamentalmente para supervisar o desmobilização das unidades guerrilheiras do SWAPO (Organização dos Povos do Sudeste Africano).

Em bom português, uma transição "lenta gradual e segura" para garantir através de uma liderança negra moderada o permanência da Namíbia dentro do estere de influência da ocidente.

Depois das derrotas sofridas nos ex-colônias portuguesas, o imperialismo tem procurado agir com extrema cautela no tumultuado continente africano. A aceleração e a violência dos processos de libertação nacional obriga, porém, a tomada de decisões: fazer algumas concessões antes que seja tarde demais. Foi o caso do Zimbábue (ex-Rodésia) agora da Namíbia onde pelo menos tem-se conseguido que as forças em combate aceitem sentar-se em torno de uma mesma mesa. Resta ver se Waldheim tem a capacidade de imaginar uma proposta digna tanto para as forças revolucionárias como para um regime cristalizado e inflexível pela corrupção e isolamento. Como o de Jan Smith na África do Sul. (A.M.)

Portugal

Nobre da Costa e seus ministros do PC

O Centro Democrático e Social (CDS), que provocou a crise contra o Partido Socialista em Portugal, agora amplia a cénitua as dificuldades do governo do primeiro-ministro Nobre da Costa. O CDS atacou violentamente, na semana passada, Nobre da Costa e o presidente António Ramalho Eanes por permitirem a formação de um gabinete "no qual emergem indistintamente os comunistas com um presença significativa". A crítica se volta contra os ministros das relações exteriores (Correia Gago), trabalho (Costa Leal) e Assuntos sociais (Pereira Magalhães).

As críticas do CDS sobre o suposto vinculação de um governo chefiado por um industrial tecnocrata com o PC representam um golpe brutal contra Nobre da Costa e Eanes que visam, assim, cair por terra qualquer possibilidade de diálogo com o setor político conservador, cuja apoio parlamentar chegaram a acreditar que tinham obtido.

A crise despoita com clareza, mas lentamente. Desde a indicação de Alfredo Nobre da Costa pelo presidente Ramalho Eanes, sem levar em consideração a posição dos partidos já se podia prever que esta não seria uma solução viável para a crise política por que passa o regime português.

A partir do primeiro semana de setembro a novo governo apresentará seu programa de atividades à Assembleia da República, e, se não obtiver aprovação, terá automaticamente que renunciar. Aritmeticamente, socialistas e centristas



(Marlene Oliveira)



A Nicarágua era um país ocupado. A terceira invasão norte-americana se deu em 1914, com o Tratado Bryan-Chamorro (Ver Em Tempo nº5), que concedia aos Estados Unidos direitos de extraterritorialidade e a autorização para dividir ao meio a Nicarágua, através de um canal inter-oceânico semelhante ao que hoje crava sua espinha em território panamenho. Com um pequeno intervalo em 1924, a ocupação durou até 1933.

Em 1927 surge, liderado por Augusto César Sandino, o "general dos homens livres", o Exército Defensor da Soberania da Nicarágua, que ridicularizou as regras militares dos invasores. Três mil camponeses, descalços e armados com o que tinham à mão, aparecem como fantasmas que encontram aliados em todos os barracos e desafiam os 12 mil marines, equipados com os melhores armamentos de destruição do mundo, sob o comando de chefes que ainda exibiam as condecorações da guerra de 1914.

A desproporção das forças materiais fez rir, sem dúvida, aos experientes estrategistas da repressão convencional. Ao risco, contudo, sucedeu uma expressão de espanto e desconcerto. Inaugurava-se uma nova era histórica de nosso século: a das forças morais dos povos que lutam até o fim pela sua libertação.

Primeiro foram as derrotas. Em San Fernando e Las Flores, os guerrilheiros perderam homens e arma-

mentos. Sandino mostrou sua capacidade de líder revolucionário ao extrair delas ensinamentos e adaptar sua tática às condições peculiares da situação. Suas bases operacionais se situavam nas montanhas, nas selvas e perto dos rios. Lá estavam os quartéis móveis dos guerrilheiros e as famílias de camponeses que os abasteciam.

Sandino sabia que a improvisação dos seus armamentos eram largamente compensada pela inteligência criadora dos guerrilheiros e pela perspectiva libertadora da causa que abraçavam. O Exército popular, em seis anos conseguiu expulsar os marines do país.

A 21 de fevereiro de 1934, porém, Sandino foi assassinado pela Guarda Nacional, então chefiada por Somoza I. Em seu nacionalismo ingênuo, confiante na vitória frente ao imperialismo, o "general dos homens livres" não percebeu que o projeto das classes dominantes locais, excluiu as massas oprimidas da Nicarágua.

"Sou trabalhador da cidade, artesão, como se fala neste país, mas meu ideal se espalha num amplo horizonte de internacionalismo, no direito de ser livre e de exigir justiça, embora para atingir este estado de perfeição seja necessário derramar o sangue próprio e o alheio"

"Nuestra guerra es guerra de libertadores, para matar la guerra de los opresores" Augusto Sandino

Uruguai

A oposição ressurgiu após os assassinatos em massa

A "Suíça Americana" tem hoje o maior número de presos políticos do mundo, em relação à sua população. Um em cada cinco uruguaios procuram o exílio para fugir da repressão e da crise econômica. Alguns retornam à força, seqüestrados, e muitos são mortos sob tortura além de suas fronteiras, graças à íntima colaboração das polícias políticas do Cone Sul da América.

O Uruguai tem uma população de 2.700.000 habitantes. Destes, 7.000 são presos políticos ou simplesmente "desapareceram", segundo o secretário geral da Federação Internacional de Direitos do Homem, Daniel Jacoby. Entre 1972 e 1977, mais de 60.000 pessoas (um habitante para cada 45) estiveram na prisão; metade desse número foi submetida a torturas físicas ou psíquicas, conforme assegurou Robert Goldman, membro da Sociedade Americana de Direito Internacional. A média da população está hoje entre os 40 e 50 anos - os jovens abandonaram em massa o país. Há um militar, ou um policial, para cada grupo de 44 cidadãos e quem precisar de qualquer emprego público tem que assinar um austero "certificado de fé democrática".

Foi a esta situação que o "Estado de Segurad Interna", instituído no Uruguai desde 1973, conduziu o país que, durante décadas, esteve na vanguarda

das conquistas sociais no continente. Nestes cinco anos, o desemprego aumentou, os salários foram aviltados em cerca de 30% e, no ano passado, a inflação chegou a quase 60%. A dívida externa duplicou, atingindo um bilhão e meio de dólares, e os capitais estrangeiros não fluem, como os golpistas esperavam. É certo que existe mão-de-obra barata e "estabilidade política" para os investidores estrangeiros; mas, por outro lado, o país não oferece o tão necessário mercado interno com poder de compra.

As outras facetas do retrato deste país (que possui o primeiro lugar do mundo na proporção de presos políticos em relação à população) se encontram nos sofisticados métodos de torturas existentes nos presidios políticos de Punta Carretas, Punta Rieles, Libertad (sic) e nos rostos de todos que sofrem na carne a exploração e a decadência da qualidade de vida.



Cumplicidade no Cone Sul

A 27 de junho de 1973, após esmagarem a guerrilha urbana iniciada nos anos 60, as Forças Armadas uruguaias tomaram o poder, o parlamento foi fechado, a imprensa colocada sob censura, as eleições suprimidas, a central sindical (CNT) proibida, as associações de profissionais, estudantes e os partidos políticos sufocados, descaracterizados. No dia 9 de julho ainda houve uma greve geral, impulsionada pela CNT, Frente Ampla, Partido Nacional e pela Resistência Operária Estudantil e demais oposições. A greve foi quebrada, e os militares fecharam todas as formas de participação classista organizada, em nome da doutrina de **Segurad Nacional**, e fazendo largo uso da **Actas Institucionales**, - instituição que nos soa estranhamente familiar.

A repressão política e a estagnação econômica subsequente levaram ao exílio milhares de uruguaios, que se dirigiram fundamentalmente para a Argentina. Entre 1973 e 1975, a **Dirección Nacional de Migraciones na Argentina** registrava a presença de mais de 350 mil uruguaios no país, e uma pesquisa do Instituto Gallup, em 1974, indicava que 41 por cento dos uruguaios queriam emigrar. Calcula-se que, em cinco anos de repressão militar e estagnação econômica, uns 500 mil uruguaios - um em cada cinco habitantes - tenham deixado o país.

No entanto, a Argentina estava longe de ser a ilha de tranquilidade democrática com que sonhavam os exilados. Sobretudo após março de 1976, quando os militares retornaram abertamente ao poder, inúmeros refugiados uruguaios e de outros países foram seqüestrados na Argentina, desapareceram ou foram assassinados, sem que nenhuma medida oficial fosse tomada. Os exemplos do ex-comandante e chefe das Forças Armadas chilenas do governo Allende, general Carlos Prats, assassinado em Buenos Aires em setembro de 1974, e do ex-presidente da Bolívia, general Juan José Torres, seqüestrado e morto em junho de 1976, são reveladores. Mas existem mais nomes, muitos outros.

Daniel Danfi, Guiller-no Jabif, Luis

José Michelena, Graciema de Michelena, Fernando Martinez, Julio d'Elia Pallares, Yolanda D'Elia, Mario Martinez, Maria Antonia Castro, Raul Dorelli Cattaneo, Gustavo Goicoecima, e esposa, Raul Cardero, Gustavo Arce, Carlos Cabezudo, Andres Fontoura, Carolina Marmiros, Alberto Corches, Elena de Corches, Atelvia Castillo, Miguel Angel Rios Casas, Celia Cores Rosacho; refugiados uruguaios seqüestrados na Argentina entre setembro de 1977 e janeiro de 1978. Fonte: Informe da Secretaria Internacional de Juristas pela Anistia no Uruguai, expedido em Janeiro de 1978.



"Argentina. Dezenas de milhares de desaparecidos, de torturados, de presos políticos. A repressão não consente que se abra a resistência dos trabalhadores" (Gravura de Corpi)



"Revoluit. E o povo que leva a chama da vitória". (Desenho feito pelo preso político)



"Fidelito. A aliança dos militares e dos comunistas é a resposta revolucionária à repressão e à exploração da ditadura militar". (Escultura em aço (fritas presos políticos))

O negócio é jogar bomba de gás na moçada

A polícia brasileira, principalmente a de São Paulo, está dando contribuições cada vez maiores para o grande produtor de bombas de gás lacrimogêneo do mundo, o industrial norte-americano Harry Wells. Tudo indica porém que a sanha repressiva não está sendo suficiente para acalmar os nervos de Mister Wells, cada vez mais preocupado com a baixa do consumo internacional de gases lacrimogêneos.

Outro dia, parado na banca de jornal, deparei-me com um artigo de primeira página do **Wall Street Journal** (2 de agosto de 1978): Não pude resistir à tentação de lê-lo e acabei comprando um exemplar. Em casa, tentando digerir uma xícara de café dito-brasileiro, passei a ler o mencionado artigo.

Em suma, o artigo se constituía de uma entrevista com Harry Wells, vice-presidente de venda e produção da **Federal Laboratories**, a maior produtora de gás lacrimogêneo do mundo, que viu seus negócios diminuírem bruscamente com o fim das manifestações contra a guerra do Vietnã e das demonstrações pelos direitos civis nos EUA.

De acordo com Frank Maloney, da revista **Lei e Ordem (Law and Order)**, entrevistado paralelamente: "É como barata, se elas não existem, não se precisa de mata-baratas".

As lamúrias de Wells também se voltaram contra a política de "direitos humanos" defendida por Carter e sua administração. Ele acusa esta política como responsável pela perda de milhões de dólares desde a proibição da venda de gás lacrimogêneo para países que, de acordo com Carter, são violadores dos direitos humanos na África, Oriente Médio e América Latina. Logicamente, para alegria de Wells, Carter é muito flexível na sua definição de direitos humanos e países considerados estratégicos para os interesses norte-americanos, tais como o Irã, a Indonésia, a Coreia do Sul e outros não "violam estes direitos".

Defendendo seu produto, Wells declarou: "É muito mais fácil e muito mais barato usar balas de metradora do que o que vendemos... mas nós aceitamos que se matem pessoas com baionetas, bombas de estilhaço, armas de fogo e mesmo lancha-chamas. Mas no momento que nós lançamos gás lacrimogêneo em alguém, o inferno está criado. Parece que esta sociedade não está preparada para nós."

Em realidade, como o próprio artigo assinala, o gás lacrimogêneo não é tão seguro e "civilizado" como afirma. Wells, várias dezenas de pessoas foram mortas nos EUA devido ao seu uso por policiais "inexperientes". Recentemente a Federal teve que pagar 40 mil para um preso que ficou cego devido ao uso "indevido" do produto por parte de um dos guardas da prisão. Após, isto a companhia Federal decidiu colocar aviso na embalagem: "Pode ser prejudicial e perigoso para pessoas utilizando-se do produto ou para o público em geral".

Quando eu escrevia estas linhas, se pensava sobre a crise que vem se abatendo sobre a economia americana e que vem afetando brutalmente a classe trabalhadora daqui, especialmente a não sindicalizada (cerca de 80% dos trabalhadores não pertencem a sindicatos), uma notícia no rádio me chamou a atenção.

"Os presos recolhidos na Penitenciária de Norfolk, Massachusetts, em tram hoje no sexto dia de sua greve (prisões americanas têm fábricas em suas dependências, uma miséria), deflagrada após o cancelamento dos direitos de visita e locação em isolamento de três prisioneiros. Recentemente, 22 dos considerados líderes da greve foram transferidos para a Prisão de Segurança Máxima em Walpo, onde pelo menos 16 entraram em greve de fome."

As palavras de Wells me cortaram a mente. Realmente, o sistema capitalista de produção com sua anarquia causada pela brusca desenfreadura do lucro permite até mesmo que crises do próprio sistema venham a beneficiar alguns setores empresariais. Mas a maré está mudando, a própria crise atual é o reflexo das grandes derrotas sofridas pelo capitalismo internacional, e desta vez os sintomas estão sendo sentidos aqui, na sede. Talvez as vendas de gás lacrimogêneo aumentem num futuro próximo. Mas até quando, mister Wells? (Flávio Valente, de Boston)

Luiz Carlos Batalla, Edson Marin, Hector Jurado Avellaneda, Carlos Alvariza, Roberto Gomensoro, Oscar Felipe Fernandez Mendieta, Geraldo Alter, Walter Hugo Arceche, Hugo Leonardo de los Santos Mendoza, Gilberto Coghlan, Aldo Perrini Guala, Laura Raggio, Silvia Reyes, Alberto Blanco, Nilya Sabalsagaray, Anselmo Garcia, Horacio Mujica, Ivan Morales, Amélia Lavagna de Tizze, Alvaro Balbi, Carlos Curuchaga, Pedro Ricardo Lerena Martinez, Carlos Maria Argenta Estable, Juan Lopes, Oscar Eduardo Bonifácio Oliveira Rosano, Ivo Fernandez, Eduardo Mondello Techera, Nicanor Aldabalde, Nuble Yic, Silvina Saldaña, Raul Facio, Dante Porta, Humberto Pascarella, Hugo Pereyra: **mortos sob tortura no Uruguai, entre maio de 1972 e agosto de 1977.** Fonte: Informe da Anistia Internacional, publicado em abril de 1978, na Inglaterra.

Frente Política Antiditatorial

No entanto, após cinco anos de ditadura militar, a cisão no bloco de poder uruguio se torna cada vez mais evidente. Isso ficou claro exatamente no 5º aniversário do golpe, a 27 de junho de 1978, com a demissão do general Amaury Prantl, chefe do serviço de inteligência de defesa e da OCOA (Organismo Coordenador de Operações Anti-subversivas), colocado em prisão domiciliar. Hoje consta que ele cumpriu pena de prisão de 60 dias em dependências do Comando do Exército e foi passado para a reserva por decisão unânime da Junta de Oficiais Gerais. Líder da linha mais dura do exército uruguio, Prantl era responsável por uma publicação que circulava clandestinamente no Exército e que tinha o sugestivo nome de **El Talero**, (O Rebenque). **El Talero** cantava as virtudes da repressão, quanto mais melhor; simultaneamente, denunciava a corrupção e os abusos de poder de chefes militares, inclusive do comandante-chefe, Gregório Alvarez. Este não é absolutamente um liberal, mas conseguiu deter, pelo menos momentaneamente, a ofensiva dos ultradireitistas.

É verdade que a crise militar uruguio, que em 1977 foi marcada pelo expurgo de três generais e dois almirantes e este ano levou à demissão de Prantl, não chega a representar qualquer mudança no regime, fervorosamente anticomunista, como sempre.

Só que alguns estão achando que a tortura está demais, prejudicando a "imagem do país no exterior" e os contatos internacionais. Daí se falar hoje até mesmo em eleições (para 1981). Para limpar um pouco a barra. Ou, pelo menos, varrer o lixo para debaixo do tapete.

Mas vai ser difícil. O país apresenta

sinais nitidos de exatidão, isolando cada vez mais os militares. As oposições começam a se articular dentro e fora do Uruguai. O número imenso de exilados políticos na Europa e em outros países organiza atualmente a Frente Política.

Antiditatorial, composta basicamente pelo Partido Comunista, Partido Socialista, Partido pela Vitória do Povo e demais oposições independentes. Em julho do ano passado, a Frente se reuniu pela primeira vez, no México. Enrique Rodriguez (PC), José Dias (PS), Hugo Cores (PVP) e Enrique Erro (ex-senador, Independente) tiraram do encontro uma declaração conjunta, colocando a necessidade de uma convergência de trabalho entre as oposições.

Dia 22 de junho deste ano a Frente se reuniu de novo em Barcelona. Além das esquerdas, o ato público da frente foi engrossado pelo ex-senador pelo Partido Nacional (Blanco), Wilson Ferreira, um confesso simpatizante do governo Carter e da sua política pelos "direitos humanos". A Frente denunciou a farsa das eleições marcadas para 1981, e levantou as bandeiras sua anistia geral e irrestrita e do reconhecimento das organizações sindicais e dos partidos políticos.

Enfim, o regime, que tem no presidente Aparicio Méndez apenas uma peça figurativa, está sofrendo reveses. A Anistia Internacional e os exilados berram pelo respeito aos direitos humanos. Os militares se dividem. As oposições se articulam e, principalmente, o povo parece não suportar mais. Dia primeiro de maio último houve mobilizações relâmpago em Montevideu e, clandestinamente, circularam jornais da oposição. E o início.



"FRUTAL. Um prisioneiro político para cada 100 habitantes. Um por cento da população já passou pelas prisões. A maior porcentagem de presos políticos do mundo". (Gravura de Michel)



A REVOLTA DAS MULHERES

No peito e na raça, centenas de operárias da fábrica De Millus, que produz sutiãs e calcinhas no Rio, botaram pra quebrar ao enfrentar com pedradas um batalhão de choque com 150 soldados da polícia. O motivo: uma vitória humilhante a que estavam sendo submetidas na saída do expediente, determinada pelos patrões para "evitar roubos".



Uma passeata descontraída, mas corajosa, contra as vitórias.



Apesar da violência, a vibração na rua.



Na delegacia, as operárias foram chamadas de "baderneiras".

"Eu só me lembro que era muita garota querendo pegar as bolsas, muitas querendo ir para a escola. Até eu ia para um conjunto de jovens de teatro. Todo mundo tem horário pra pegar, né? Eu tava até com a marmitta, o shampoo na mão, o pente... Ai tinha aquele portão lá e eles trancaram. Tava todo mundo querendo ir embora, começou a juntar todo mundo, aquela bagunça, as garotas gritando, querendo as bolsas, ai a segurança não aguentou com tanta gente e de repente apareceu lá a polícia, o camburão. Chegou, falou mas ninguém estava escutando elas falar. Ai o carro veio, empurrou todo mundo, empurrou pro muro pra afastar o pessoal do portão e jogou o carro em cima da gente, imprensou todo mundo no muro. Ai saiu todo mundo correndo, apavorado. Eu sei que eles saíram correndo atrás da gente. Eu acho que eu fui a primeira a ser presa porque tenho cabelo comprido. Só via a hora que eles me seguraram pelo cabelo. Quando eles me largaram eu tava no chão. Daí não me lembro de muita coisa não. Me jogaram no camburão e eu não me lembro de mais coisa."

Erenice Duarte, que deu este depoimento ainda no hospital, só foi se recuperar da violência que sofreu, juntamente com uma dezena de outras companheiras, três dias depois. Embora não se recorde de detalhes daquela quinta-feira, Erenice tem bastante claros os motivos que a levaram, e as suas companheiras, perto de 80 por cento menores de idade, a se revoltarem. No início da semana, a De Millus -

que produz, principalmente calcinhas e sutiãs na sua fábrica da Penha, a maior das três que tem no Brasil - obrigou a que todas as operárias se submetessem a uma vitória humilhante. A justificativa era a de que continuavam os roubos de peças, apesar de várias mulheres terem sido demitidas.

Além disso, a fábrica proibiu que elas entrassem nas oficinas com bolsas, sacolas e até mesmo marmittas. Todas tinham de deixar seus pertences numa casa em frente à fábrica "a casa branca", odiada pela operárias - e eram obrigadas a comer o almoço servido no restaurante da empresa e que, segundo diversos depoimentos, era nojento. Todas as operárias ouvidas afirmaram que já tinham encontrado, na comida, pregos, esparadrapo e bichos - como lagartas.

Pedras contra cassetetes

Na hora da saída era uma loucura. Primeiro, o vexame terem de ficar nuas e de se deixarem apalpar por guardas de segurança que, segundo depoimento das operárias, não tinham nada de femininas. (Logo no primeiro dia uma operária, revoltada com a revista, quebrou o braço de uma guarda. Depois, a fila imensa, de três mil operárias, para pegar as bolsas. Todas querendo ir embora; algumas estudam, a maior parte ainda tem de chegar em casa e preparar a comida da família, praticamente todas moram longe e ainda têm de enfrentar o tumulto das conduções, sempre cheias, e do trânsito difícil. "É isso é que revoltou todo mundo" - desabafou uma operária.

Na quinta-feira, na hora da saída, às 17h20m, elas se rebelaram e começaram a jogar pedras na fábrica e a depredar a "casa branca". Primeiro, vieram os guardas da própria segurança da fábrica, auxiliados por policiais de uma delegacia próxima. Em seguida, o

próprio proprietário da De Millus, Nahum Manela, chamou a Polícia Militar. Aos cassetetes da PM, que chegaram num caminhão de choque, as operárias responderam com pedradas. Foram pedidos novos reforços à PM e à delegacia de polícia. Uma hora depois do começo da revolta elas lutavam contra 150 policiais, continuavam a jogar pedras e a pedir, aos gritos, como se fosse uma palavra de ordem, a cabeça do Manela, o patrão.

Seis operárias foram presas e três levadas para o DPPS, que tentou saber delas se havia "objetivos políticos" por trás da revolta. Sete outras foram hospitalizadas. (sendo que duas grávidas), devido às pancadas e violências que sofreram. Uma delas, grávida de sete meses, perdeu a criança.

A revolta, no entanto, não terminou nesta quinta-feira. No dia seguinte, a fábrica dispensou todo mundo do trabalho, às nove horas (elas começam

a entrar às cinco) temendo novos enfrentamentos. Mesmo assim, cerca de mil operárias permaneceram em frente à fábrica e continuaram a protestar, inclusive organizando passeatas pela rua, contra as revistas íntimas e a proibição de entrarem no serviço com suas bolsas. Até a vitória, anunciada de manhã mesmo: fim das revistas e da proibição. Mesmo assim, elas aproveitaram a presença da imprensa para denunciar, além da péssima alimentação, seus problemas salariais e a exploração que sofrem.

Exploração

As irregularidades na fábrica são diversas e pode-se afirmar, segundo diretores do sindicato, que são formas de exploração que se repetem em praticamente todas as fábricas de confecção do Rio - que tem cerca de 3500, com mais de cem mil operárias, quase 90 por cento mulheres. A De Millus não

respeita o baixo piso salarial da categoria (Cr\$ 2099,00 para as costureiras com dois anos de serviço), quase todas são obrigadas a trabalhar por tarefa e não têm salário fixo. Como a maior parte das operárias é menor de idade, entre 14 e 18 anos, (a CLT só permite 15 por cento de trabalhadores menores numa firma), a De Millus se vale de uma série de artimanhas para explorá-las. Uma delas é um convênio com o SESI para "treinamento". As meninas ficam "treinando" dois anos, trabalhando da mesma forma que qualquer outra (10 horas por dia) e ganhando uma miséria. Passados os dois anos, a fábrica mantém esta mão-de-obra barata através de um "estágio" de mais dois anos, quando os salários continuam abaixo do piso salarial mas as promessas se multiplicam. Fintos estes dois anos, a firma as demite. E começa tudo outra vez. Com isso, ela tem sempre uma quantidade grande de trabalhadoras a baixo custo. Juntamente com o piso salarial ridículo, a firma consegue uma produção grande (é considerada a maior ou uma das maiores do Brasil), um lucro maior ainda, e uma folha de pagamento bem barata. No seu último balanço, por exemplo, ela mostrou um lucro de quase 60 por cento sobre o seu capital (que é cerca de 250 milhões de cruzeiros). Em um semestre, a De Millus lucrou 150 milhões de cruzeiros. Neste mesmo semestre (o último do ano passado) ela faturou mais de 730 milhões de cruzeiros e teve uma folha de pagamento que não chegou a 50 milhões.

Além da exploração, a De Millus proíbe suas funcionárias de se sindicalizarem. As poucas sindicalizadas (menos de cem para um total de três mil operárias) vivem com medo de serem descobertas e demitidas. Aliás, é uma característica forte o baixíssimo índice de sindicalização na categoria: de cem

mil trabalhadoras, apenas 17 mil estão associadas e seis mil em dia com suas mensalidades. Isso é reflexo, além do medo, do baixo nível de consciência comum a tantas outras categorias e da particularidade com que essa mão-de-obra é explorada. Neste sentido, conta muito a alta rotatividade, o fato delas ficarem pouco tempo em cada emprego, e o fato de a maior parte delas ser menor de idade.

A revolta, esperada pelo próprio sindicato porque sabia que as operárias já não aguentavam mais tanta exploração e humilhação, surpreendeu o resto da cidade. Na verdade, ao contrário de São Paulo, onde as mulheres operárias acumularam, nestes últimos anos, uma certa experiência de lutas (a formação dos clubes de mães, a participação em associações de bairros, o movimento do custo de vida, a assembléia das metalúrgicas em São Bernardo, a participação destas metalúrgicas na greve do ABC), no Rio há muito tempo não acontecia nada, pelo menos que chegasse à opinião pública. A explosão não foi, portanto, fruto de qualquer acúmulo de luta mais geral mas uma explosão que já estava para acontecer há algum tempo e que deverá se repetir em outras fábricas na área de têxteis e confecções, onde a mão-de-obra é majoritariamente feminina e menor e cujo contingente, no Rio, é o maior do Brasil - inclusive maior que o de São Paulo. E verdade que estas explosões já vinham acontecendo, e na própria De Millus, mas só que de forma menor, e sem a repercussão da revolta de 5a, feira.

Por outro lado, o fator remete para a destruição de um preconceito ainda bastante enraizado a respeito da falta de combatividade das mulheres, da sua passividade. Os fatos e as fotos são uma evidência do equívoco dos que ainda pensam assim. (Marcelo Bera-ba)

Bancários, o teste da greve.

Quarta-feira, 30 de agosto de 1978. No Salão de Festas da Casa de Portugal, cerca de 4.000 bancários paulistas, indagados com a intransigência dos patrões em atender suas reivindicações salariais, decidem recorrer ao último argumento do trabalhador: a greve.

Uma assembléia muito agitada, com ânimos exaltados, onde propostas mais acanhadas quase não conseguiram ser ouvidas. A recusa da proposta patronal e a utilização da greve era uma vontade geral. O impasse se deu no momento de decidir quando e como iniciar a paralisação. Enquanto grande parte do plenário queria greve imediata, a preocupação do outro grupo era com a organização dos bancários para que não tivessem um movimento fracassado vindo a sofrer represões.

Em vista di to, foi deixada a quinta-feira para a divulgação e organização da greve dentro dos locais de trabalho, a ser iniciada no dia seguinte. Das agências pequenas e nas sedes de grandes agências deveriam sair comissões que, junto à diretoria do Sindicato, constituiriam o Comitê Geral da Greve, que prosseguirá as negociações com os banqueiros durante a paralisação dentro dos Bancos

Nova assembléia foi marcada para o próximo dia 2, na Câmara Municipal de São Paulo, a fim de avaliar e dar continuidade ao movimento. A notícia de mais sete demissões no Banespa, Banco do Estado de São Paulo, de funcionários que circulavam um abaixo assinado em favor de seus colegas suspensos, só veio acirrar ainda mais o ânimo da categoria, que vem demonstrando grande disposição em derrubar mais um ato de exceção que oprime os associados, antes que complete um mês de existência: o decreto lei 1632.

A importância que os Bancos assumiram no atual modelo econômico imposto ao país, é fato reconhecido, inclusive por autoridades ministeriais, já por diversas vezes. Os banqueiros vem sendo a categoria patronal que mais tem lucro nestes últimos anos, e aquela que se mostra mais intransigente em negociar com os trabalhadores de suas empresas. Paralelamente a isto, os

bancários ainda têm que lutar contra a diretoria de seu Sindicato, que tem se mostrado descomprometida com a categoria.

A mobilização deste ano só está sendo possível graças a situação que vive hoje o país e o novo sindicalismo que está nascendo. No caso dos bancários, a oposição já vem atuando desde 67/68 e apesar das tentativas da atual Diretoria para impedir o seu fortalecimento, muitas vitórias foram conquistadas através do seu trabalho.

Um presidente de Sindicato, como o sr. Francisco Teixeira, que faz questão de se autodefinir como "pelego moderado", se valendo de toda a proteção que lhe dá o Estado através da máquina sindical que controla, não escolhe meios ou métodos para enfraquecer a organização e atuação do órgão que deveria representar.

Participação da oposição lembra-se bem de, quando, na campanha salarial de 77, através de matérias pagas em jornais desta capital, o presidente do sindicato iniciou um processo de deleção. Naquela ano alguns deles, empenhados na luta por um salário mais justo, foram chamados a depor nos órgãos de segurança.

O grupo de oposição, que crescia, passou a ser denominado pelo presidente do Sindicato de "minoridade-extremista", "grupo dissidente", através de matérias publicadas em jornais, boletins à categoria e artigos no jornal Folha Bancária.

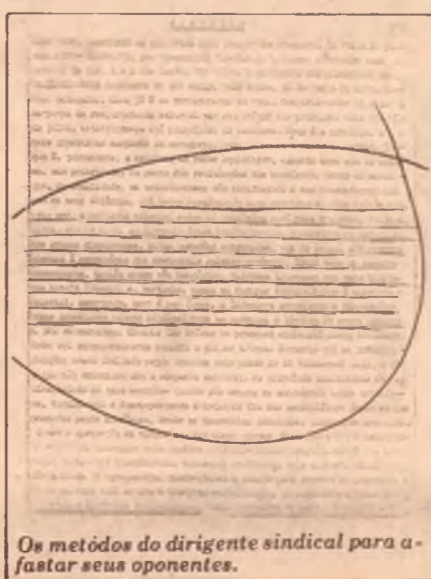
Na campanha salarial deste ano, agora em seu apogeu, o Sr. Teixeira foi mais longe. Sendo ano de eleições no Sindicato e temeroso da perda de cargo, utilizou-se de seus vínculos junto a DRT, Delegacia Regional do Trabalho para conseguir a prorrogação de seu mandato. A alegação de que a campanha eleitoral prejudicaria a salarial foi o expediente usado. Nesse requerimento, datado de 21/06, mais uma vez, o sr. Teixeira prosseguiu com sua delegação. (Ver a reprodução do documento) Uma semana depois, cinco funcionários estáveis do Banespa, todos da oposição e da Comissão Salarial e anti-

gos militantes sindicais, eram suspensos sob a acusação de faltas graves, passando a responder inquirido administrativo. Um outro, também da oposição, mas optante do FGTV, foi demitido. O Bradesco e o Itaú também vem demitindo funcionários atuantes no Sindicato.

A oposição acredita que a pretensão da Diretoria era tentar recuperar o espaço perdido, na atual campanha salarial, visto sua briga maior ter sido sempre a de presidir a mesa nas assembléias. No entanto, a oposição conseguiu mobilizar a categoria através da formação, em vários bancos, de comissões representadas na Comissão Salarial. Esta mobilização conseguiu fazer valer o elemento da campanha, colocando elementos mais representativos na direção dos trabalhos. Impediu também que a proposta patronal já tivesse sido aceita, culminando com a decisão de greve.

Nesta semana: a oposição recebeu a notícia de que as eleições só se realizaram em janeiro, ou seja, com quatro meses de atraso. A luta que a categoria tem agora pela frente é ampliar o movimento, conquistar suas reivindicações derrubando as leis que impedem a participação dos trabalhadores nas decisões sobre seu próprio caminho.

(Terezinha Vicente Ferreira)



Os métodos do dirigente sindical para afastar seus oponentes.

Acostumadas a ouvir falar que "o salário é causa da inflação", talvez fiquemos curiosos em ver que os lucros são a causa da inflação.

Sempre que o trabalhador se propõe a discutir sua remuneração, surgem os argumentos patronais de que aumento de salário é causa da inflação.

Isso forçou muita gente a ir estudar o peso dos salários no custo dos produtos. Logicamente esse peso varia de gde setor de atividade para setor de atividade. Numa refinaria de petróleo o peso é inferior a 2%; numa siderúrgica, é de cerca de 10% e assim por diante, refletindo o uso mais ou menos intensivo de mão-de-obra. São poucos os setores em que a mão-de-obra representa mais de 30% do custo de produção.

O que significa isso? Significa que, em uma empresa cuja mão-de-obra pesa 15% nos custos, um aumento de salário de 100% representará um aumento nos custos de apenas 15%. Se os salários crescerem 50%, o custo dessa empresa crescerá 7,5% e se os salários crescerem 10%, o custo dessa empresa crescerá 1,5%.

Em outras palavras, um aumento de 10% determinará uma pequena variação nos custos da empresa. As empresas acham que esse aumento de custo deve ser repassados para os preços, pois senão os lucros da empresa cairão.

Mas aí não está toda a verdade. Pode haver aumento de salários, até sem diminuição dos lucros.

Vejamos o caso do trabalhador que faz 10 peças por dia e recebe uma diária de Cr\$ 100,00. A empresa vende cada peça por Cr\$ 20,00, o que lhe dá um produto de Cr\$ 200,00, ficando o patrão com diferença entre o total das vendas e o salário pago (cr\$ 200,00 - Cr\$ 100,00 = Cr\$ 100,00), quando o trabalhador passar a fazer 12 peças, as vendas da empresa passarão a Cr\$ 110,00 e o empregador ficará com Cr\$ 130,00. Ou seja, o aumento de salário não elevou os preços e os lucros cresceram mais que os salários. Isso porque a produtividade do trabalhador cresceu 20% (produzia 10 peças, passou a produzir 12) e o salário cresceu apenas 10%. E com isso o lucro do empresário e cresceu 30%.

O salário dos bancários e o lucro dos banqueiros

Por Walter Barrelli, diretor técnico do DIEESE - Reprodução da "Folha Bancária de S.P.", nº 344.

Em algumas empresas em que não há repasse direto do aumento dos salários? Para exemplo, vejamos os bancos. Aumentaram violentamente suas receitas, com a elevação das taxas de juros, cobrança dos serviços prestados aos clientes, correção monetária dos seus recolhimentos "compulsórios" etc. Nesse período, os salários dos bancários não acompanharam a elevação do custo de vida, foram introduzidas "inovações" para redução de mão-de-obra empregada, passou-se a substituir os bancários de carreira por pessoas sem experiência, mas de baixos salários (ver a exploração salarial da mão-de-obra feminina, o rebaixamento do salário de ingresso nos bancos oficiais etc.), desrespeitou-se a conquista das seis horas de trabalho, através dos

novos "bóias-frias" das locadoras de mão-de-obra. Em outras palavras, cresceu a remuneração dos bancos, enquanto caía a dos bancários. Salário é inflacionário ou são os lucros dos bancos que geram inflação? A resposta não precisa ser dada pelo bancário. É só perguntar ao industrial, ao comerciante ou ao agricultor. Eles sabem que os custos financeiros estão forçando a alta dos preços.

E o trabalhador bancário também aumentou sua produtividade. É só comparar o caixa antigo, com o atual caixa executivo. E só verificar o montante de cheques compensados. Portanto, seu salário deveria ter aumentado, sem que isso afetasse os lucros dos bancos.

Há outra coisa. Se os lucros cresceram mais que os salários e somente agora os trabalhadores têm fôlego para pleitear aumentos, mesmo que os salários aumentados reduzam o total de lucro, ainda estaremos longe da relação entre lucro e salário do período anterior à política de contenção salarial (ver quadro). Portanto, se as empresas repassarem os aumentos de salários para os preços, elas é que estarão gerando inflação. Vê-se assim que a inflação tem origem na resistência patronal em renegociar sua parcela de lucros, no total dos rendimentos criados.

LUCROS SUPERARAM OS SALÁRIOS

ANO	LUCROS	SALÁRIOS	LUCRO SUPERIOR A SALÁRIOS
1969	1.749	1.195	46%
1970	2.348	1.502	56%
1971	3.613	1.987	82%
1972	4.631	3.090	50%
1973	6.812	3.994	71%
1974	11.762	5.241	124%
1975	17.443	7.224	141%
1976	29.346	11.724	150%

(Valores expressos em milhões de cruzeiros)

EM TEMPO!